



Relatório de Assessoria de Imprensa

Período: 15/03/2021 a 16/03/2021



Índice**SESC | RN**

FECOMÉRCIO / SESC RN / FERNANDO VIRGÍLIO

Inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc, em Natal

Notícias - 15/03/2021

5

Blog da Juliska | RN

FECOMÉRCIO / SESC RN / FERNANDO VIRGÍLIO

Inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc, em Natal

Notícias - 15/03/2021

6

Versátil News | RN

FECOMÉRCIO / SESC RN / FERNANDO VIRGÍLIO

Fecomércio: Inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc, em Natal

Notícias - 15/03/2021

7

Hilneth Correia | RN

FECOMÉRCIO / SESC RN

Inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc, em Natal

Notícias - 15/03/2021

8

Tribuna de Notícias | RN

FECOMÉRCIO / SESC RN / FERNANDO VIRGÍLIO

Inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc, em Natal

Notícias - 15/03/2021

9

Tribuna do Norte | RN**Em Natal, 64,13% são contra fechamento do comércio**

Notícias - 16/03/2021

10

Tribuna do Norte | RN**AGN vai liberar R\$ 10 milhões em crédito para capital de giro de empresas do turismo e lazer**

Notícias - 16/03/2021

12

Estadão | DF**corte de salário e jornada e suspensão de contratos deverão atingir 3 milhões**

Notícias - 16/03/2021

13

Estadão | DF**INSS poderá conceder auxílio-doença sem perícia até o fim do ano**

Notícias - 16/03/2021

14

Estadão | DF**Maioria vai receber R\$ 150 do novo auxílio**

Notícias - 16/03/2021

15

Estadão | DF**Governo pede urgência para pagar salários**

Notícias - 16/03/2021

16

Estadão | DF**G20 discute tributação de economia digital, mas Brasil engatinha no tema**

Notícias - 16/03/2021

17

Estadão | DF**Nova onda de covid interrompe retomada de pequena empresa**

Notícias - 16/03/2021

18

Folha de São Paulo | DF**Atividade econômica cresce 1,04% em janeiro, mas deve desacelerar**

Notícias - 16/03/2021

19

Folha de São Paulo | DF**Governo autoriza laboratórios a aumentar em até 4,88% preços de medicamentos**

Notícias - 16/03/2021

20

Folha de São Paulo | DF**Congresso promulga PEC que destrava novo auxílio**

Notícias - 16/03/2021

21

Folha de São Paulo | DF**Grandes bancos elevam crédito para clientes mais arriscados na pandemia**

Notícias - 16/03/2021

22

Folha de São Paulo | SP**Passaportes de imunidade ajudam economia, mas ampliam desigualdade**

Notícias - 16/03/2021

23

Folha de São Paulo | DF**'Efeito Amazonas' pode se espalhar pelo Brasil, alerta relatório do BC**

Notícias - 16/03/2021

24

Folha de São Paulo | DF**Pandemia é chance para país desenvolver tecnologia de saúde, diz economista**

Notícias - 16/03/2021

25

O Globo | DF**'A melhor política fiscal é vacinar rápido'**

Notícias - 16/03/2021

26

O Globo | DF**Economistas já veem um ambiente de estagflação no país**

Notícias - 16/03/2021

28

O Globo | DF**Apps criam ações para evitar falência de restaurantes**

Notícias - 16/03/2021

29

RELATÓRIO

O jornal Tribuna do Norte destaca, com exclusividade, que a maioria da população de Natal é contra o fechamento do comércio da cidade. Esse é um dos resultados da pesquisa realizada pela Consult/Sistema Tribuna de Comunicação, aplicada na capital potiguar, que além de questionar sobre as medidas de restrição por conta da covid também obteve avaliações acerca do desempenho dos governos municipal, estadual e federal. As respostas dos natalenses indicam que 64,13% é a favor de “permitir o funcionamento do comércio, prestadores de serviço, bares e restaurantes, com determinação de horário de funcionamento diferentes, dependendo das atividades”. Apenas 27,13% dos ouvidos na sondagem escolheram “fechar o comércio, empresas e prestadores de serviço, bares e restaurantes e proibir a circulação de pessoas nas ruas, permitindo apenas o funcionamento dos serviços essenciais”. Confira mais detalhes da pesquisa na página 10 do clipping.

Também é destaque no jornal Tribuna do Norte que a Agência de Fomento do Rio Grande do Norte vai liberar R\$ 10 milhões em crédito para capital de giro destinados a bares, restaurantes e empresas com atuação relacionada ao setor de turismo e lazer. O Tribuna revela, em matéria na página ___ do clipping, que o volume total de recursos financiados no Turismo potiguar durante a pandemia ultrapassa R\$ 30 milhões, com 6.110 empreendedores assistidos. Confira detalhes sobre o novo crédito, como taxa de juros e condições de parcelamento, na página 12 do clipping.

O jornal Estadão aponta, na página 18 do clipping, que a nova onda de covid está interrompendo a retomada de pequenas empresas. A queda do faturamento das pequenas e médias empresas (PMEs) brasileiras foi de 40% em relação ao período pré-pandemia, retrocedendo ao mesmo patamar de agosto do ano passado. Ainda no Estadão, desta vez na página 15 do clipping, é destaque que a maior parte do público do auxílio emergencial deve receber a menor cota do benefício, no valor de R\$ 150. Serão cerca de 20 milhões de famílias, 43% do total de contemplados, na categoria “unipessoal”, isto é, composta por apenas uma única pessoa. Saiba mais na página do clipping.

O jornal O Globo relata que, com o agravamento da pandemia e o aumento das medidas de restrições de funcionamento, os aplicativos de entrega estão criando pacotes de medidas para ajudar bares, lanchonetes e restaurantes. As ações incluem reduções de taxas cobradas, adiantamento no pagamento das vendas e até empréstimo. Além do socorro, elas visam sustentar o setor, que ainda não se reergueu do baque do ano passado e hoje se apoia no delivery. Saiba detalhes na página 29 do clipping.



Imagens dos Clippings (a seguir)

Veículo: SESC RN – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 15/03/21 – **Cidade/UF:** RN
Título: Inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc, em Natal **Impacto:** Positivo
Link: <https://www.sescrn.com.br/noticias/507/inscries-abertas-para-exposies-na-galeria-sesc-em-natal>

15 DE MARÇO DE 2021

Inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc, em Natal

Edital selecionará três projetos para serem apresentados no espaço, em Natal. Inscrições seguem até o dia 5 de abril.

O Sistema Fecomércio, por meio do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc RN), está com inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc, localizada no bairro Cidade Alta, em Natal. As propostas devem ser enviadas para o e-mail galeria@rn.sesc.com.br, e o edital com a ficha de inscrição estão disponíveis [AQUI](#)

Serão contemplados três projetos, onde cada artista selecionado receberá o valor de R\$ 3.500,00 (valor bruto). As mostras durarão de 30 a 40 dias úteis, com previsão de que a primeira comece em junho. Pintura, escultura, colagem, fotografia, mídias contemporâneas e outras linguagens na área de artes visuais podem ser encaminhadas.

O modelo de exposição será híbrido com visitas presenciais agendadas, respeitando os protocolos de biossegurança, além da visita virtual que ficará disponível no Youtube do Sesc RN. Em ambos formatos, os visitantes contarão com o acompanhamento de mediadores que explicam ao público cada obra exposta. Inclusive, a mediação é um dos diferenciais da galeria, que permanece mesmo durante a pandemia.

"A galeria do Sesc Cidade Alta é uma das principais ferramentas de promoção à cultura da sociedade potiguar. Criada em 2015, já selecionamos e expomos mais de 30 projetos, atingindo quase 18 mil pessoas de maneira sistemática. Em 2020 inovamos com a proposta das exposições virtuais, em virtude da pandemia", comenta [Fernando Virgílio](#), diretor regional do Sesc RN.

Serviço:

O quê? Inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc RN 2021

Quando? Até o dia 5 de abril

Como se inscrever? Enviar proposta e formulário preenchido para galeria@rn.sesc.com.br

Edital e formulário de inscrição: disponíveis [AQUI](#)



Veículo: Blog da Juliska – **Tipo de Mídia:** Blog – **Data:** 15/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc, em Natal **Impacto:** Positivo
Link: <https://www.blogdajuliska.com.br/inscricoes-abertas-para-exposicoes-na-galeria-sesc-em-natal>



Inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc, em Natal

O Sistema Fecomércio, por meio do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc RN), está com inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc, localizada no bairro Cidade Alta, em Natal. As propostas devem ser enviadas para o e-mail galeria@rn.sesc.com.br, e o edital com a ficha de inscrição estão disponíveis no site www.sescrn.com.br.

Serão contemplados três projetos, onde cada artista selecionado receberá o valor de R\$ 3.500,00 (valor bruto). As mostras durarão de 30 a 40 dias úteis, com previsão de que a primeira comece em junho. Pintura, escultura, colagem, fotografia, mídias contemporâneas e outras linguagens na área de artes visuais podem ser encaminhadas.

O modelo de exposição será híbrido com visitas presenciais agendadas, respeitando os protocolos de biossegurança, além da visita virtual que ficará disponível no Youtube do Sesc RN. Em ambos formatos, os visitantes contarão com o acompanhamento de mediadores que explicam ao público cada obra exposta. Inclusive, a mediação é um dos diferenciais da galeria, que permanece mesmo durante a pandemia.

“A galeria do Sesc Cidade Alta é uma das principais ferramentas de promoção à cultura da sociedade potiguar. Criada em 2015, já selecionamos e expomos mais de 30 projetos, atingindo quase 18 mil pessoas de maneira sistemática. Em 2020 inovamos com a proposta das exposições virtuais, em virtude da pandemia”, comenta Fernando Virgílio, diretor regional do Sesc RN.

Veículo: Versátil News – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 15/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Fecomércio: Inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc, em Natal **Impacto:** Positivo
Link: <https://www.versatilnews.com.br/2021/03/fecomercio-inscicoes-abertas-para-exposicoes-na-galeria-sesc-em-natal>

Fecomércio: Inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc, em Natal

📅 15 de março de 2021 👤 Comunicação 📁 Coluna Versátil News

O Sistema Fecomércio, por meio do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc RN), está com inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc, localizada no bairro Cidade Alta, em Natal. As propostas devem ser enviadas para o e-mail galeria@rn.sesc.com.br, e o edital com a ficha de inscrição estão disponíveis no site www.sescrn.com.br.

Serão contemplados três projetos, onde cada artista selecionado receberá o valor de R\$ 3.500,00 (valor bruto). As mostras durarão de 30 a 40 dias úteis, com previsão de que a primeira comece em junho. Pintura, escultura, colagem, fotografia, mídias contemporâneas e outras linguagens na área de artes visuais podem ser encaminhadas.

O modelo de exposição será híbrido com visitas presenciais agendadas, respeitando os protocolos de biossegurança, além da visita virtual que ficará disponível no Youtube do Sesc RN. Em ambos formatos, os visitantes contarão com o acompanhamento de mediadores que explicam ao público cada obra exposta. Inclusive, a mediação é um dos diferenciais da galeria, que permanece mesmo durante a pandemia.

“A galeria do Sesc Cidade Alta é uma das principais ferramentas de promoção à cultura da sociedade potiguar. Criada em 2015, já selecionamos e expomos mais de 30 projetos, atingindo quase 18 mil pessoas de maneira sistemática. Em 2020 inovamos com a proposta das exposições virtuais, em virtude da pandemia”, comenta Fernando Virgílio, diretor regional do Sesc RN.

Serviço:

O quê? Inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc RN 2021

Quando? Até o dia 5 de abril

Como se inscrever? Enviar proposta e formulário preenchido para galeria@rn.sesc.com.br

Edital e formulário de inscrição: disponíveis no site www.sescrn.com.br

Veículo: Hilneth Correia – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 15/03/21

Título: Inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc, em Natal **Impacto:** Positivo

Link: <http://hilnethcorreia.com.br/2021/03/15/inscricoes-abertas-para-exposicoes-na-galeria-sesc-em-natal>

ENTRELINHAS

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA EXPOSIÇÕES NA GALERIA SESC, EM NATAL

By Hilneth Correia
Posted on 15 de março de 2021



f t p e



O Sistema Fecomércio, por meio do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc RN), está com inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc, localizada no bairro Cidade Alta, em Natal. As propostas devem ser enviadas para o e-mail galeria@rn.sesc.com.br até o dia 5 de abril, e o edital com a ficha de inscrição estão disponíveis no site www.sescrn.com.br.

Serão contemplados três projetos, onde cada artista selecionado receberá o valor de R\$ 3.500,00 (valor bruto). As mostras durarão de 30 a 40 dias úteis, com previsão de que a primeira comece em junho. Pintura, escultura, colagem, fotografia, mídias contemporâneas e outras linguagens na área de artes visuais podem ser encaminhadas.

O modelo de exposição será híbrido com visitas presenciais agendadas, respeitando os protocolos de biossegurança, além da visitação virtual que ficará disponível no Youtube do Sesc RN. Em ambos formatos, os visitantes contarão com o acompanhamento de mediadores que explicam ao público cada obra exposta. Inclusive, a mediação é um dos diferenciais da galeria, que permanece mesmo durante a pandemia.

Veículo: TRIBUNA DE NOTÍCIAS – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 15/03/21

Título: Inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc, em Natal **Impacto:** Positivo

Link: <http://www.tribunadenoticias.com.br/2021/03/inscricoes-abertas-para-exposicoes-na-galeria-sesc-em-natal/>

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA EXPOSIÇÕES NA GALERIA SESC, EM NATAL

CONCURSO CULTURAL
Galeria Sesc

ENVIO DE PROPOSTAS:
2/3 A 5/4 | GALERIA@RN.SESC.COM.BR

EDITAL COMPLETO NO SITE DO SESC RN

Fecomércio RN Sesc SERNAN
Sesc 75 SESC RN sescrn.com.br

Edital selecionará três projetos para serem apresentados no espaço, em Natal. Inscrições seguem até o dia 5 de abril.

O Sistema Fecomércio, por meio do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc RN), está com inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc, localizada no bairro Cidade Alta, em Natal. As propostas devem ser enviadas para o e-mail galeria@rn.sesc.com.br, e o edital com a ficha de inscrição estão disponíveis no site www.sescrn.com.br.

Serão contemplados três projetos, onde cada artista selecionado receberá o valor de R\$ 3.500,00 (valor bruto). As mostras durarão de 30 a 40 dias úteis, com previsão de que a primeira começa em junho. Pintura, escultura, colagem, fotografia, mídias contemporâneas e outras linguagens na área de artes visuais podem ser encaminhadas.

O modelo de exposição será híbrido com visitas presenciais agendadas, respeitando os protocolos de biossegurança, além da visitação virtual que ficará disponível no Youtube do Sesc RN. Em ambos formatos, os visitantes contarão com o acompanhamento de mediadores que explicam ao público cada obra exposta. Inclusive, a mediação é um dos diferenciais da galeria, que permanece mesmo durante a pandemia.

"A galeria do Sesc Cidade Alta é uma das principais ferramentas de promoção à cultura da sociedade potiguar. Criada em 2015, já selecionamos e expomos mais de 30 projetos, atingindo quase 18 mil pessoas de maneira sistemática. Em 2020 inovamos com a proposta das exposições virtuais, em virtude da pandemia", comenta Fernando Virgílio, diretor regional do Sesc RN.

Serviço:

O quê? Inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc RN 2021

Quando? Até o dia 5 de abril

Como se inscrever? Enviar proposta e formulário preenchido para galeria@rn.sesc.com.br

Editais e formulário de inscrição: disponíveis no site www.sescrn.com.br

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 16/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN – **Imagem:** 1/2
Título: Em Natal, 64,13% são contra fechamento do comércio **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/em-natal-64-13-as-o-contra-fechamento-do-comercio/505294>

Em Natal, 64,13% são contra fechamento do comércio

Publicação: 2021-03-16 00:00:00

A maioria da população de Natal (64,13%) é favorável a "permitir o funcionamento do comércio, prestadores de serviço, bares e restaurantes, com determinação de horários diferentes, dependendo das atividades".

Créditos: Magnus Nascimento



Fechamento do comércio e da prestação de serviços sem alternativa de horário é rejeitado

O "fechamento das praias aos sábados e domingos e feriados" é apontado como certo por 56,75% dos natalenses e muito certo por 11,75%. Enquanto isso, o toque de recolher à noite nos dias úteis, e nos domingos e feriados é considerado como certo por 56,5% e muito certo por 7,13%.

Essas foram algumas das respostas dadas na pesquisa exclusiva Consult/Sistema Tribuna de Comunicação, aplicada em Natal, que além de questionar sobre as medidas por conta da covid também obteve o desempenho dos governos e dos gestores municipal, estadual e federal. A pesquisa sai exatamente um dia antes da possível definição de novas medidas restritivas por parte do governo do Estado.

Diante da pergunta sobre qual a opinião a respeito da "política sobre a covid-19 que deve ser adotada pelos governos estadual e municipal"; "permitir o funcionamento do comércio, prestadores de serviço, bares e restaurantes, com determinação de horário de funcionamento diferentes, dependendo das atividades" foi a alternativa preferida para 64,13%.

A medida de "fechar o comércio, empresas e prestadoras de serviço, bares e restaurantes e proibir a circulação das pessoas nas ruas, permitindo apenas o funcionamento dos serviços essenciais tem o apoio apenas 27,13% dos ouvidos na sondagem. Ainda há 8,8% que afirmam "não saber dizer qual seria a melhor opção".

O maior percentual de apoio para a abertura do comércio e serviço, com regulação de horários por atividades, está na Zona Norte, com 72,2% das respostas a essa opção; enquanto o fechamento, com autorização apenas para serviços essenciais, tem um índice mais elevado na Zona Sul, onde chegou a 35,8% de respostas positivas.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 16/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN – **Imagem:** 2/2

Título: Em Natal, 64,13% são contra fechamento do comércio

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/em-natal-64-13-as-o-contra-fechamento-do-comercio/505294>

Maioria vê decisão certa sobre escolas

"A prefeitura permitiu a abertura das escolas privadas, mas determinou que elas ofereçam aos alunos as duas opções: aulas presenciais e por meio digital". Na opinião de 50%, essa foi uma decisão certa e na de 4% muito certa. Para 38,5%, foi errada e para 2,13% muito errada. 5,38% disseram não saber responder sobre essa questão.

Diante da questão: "O governo do Estado é contra a abertura das escolas privadas, mesmo elas oferecendo as opções de aulas presenciais ou por meio digital. Esse procedimento do governo está?" Responderam errado 48,88% e muito errado 2,88%; certo 38,88% e muito certo 1,5%. Não sabe 7,88%.

Protocolo da ivermectina e azitromicina

A pesquisa também perguntou aos natalenses como avaliam a iniciativa da Prefeitura de Natal de distribuir "medicamentos para evitar ou diminuir a força do coronavírus nas pessoas e adotar esses remédios no protocolo de tratamento da doença (ivermectina, azitromicina).

Responderam que consideram certa a política de adotar esse protocolo 61,5% e muito certa 8,63%. Enquanto que consideram errada 17,75% e muito errada 2%. 10,13% afirmaram que não sabem.

Diante da pergunta "o governo do Estado é contra a distribuição de medicamentos e protocolos médicos que indiquem a ivermectina e azitromicina. O Sr. (a) acha que essa posição do governo é?". 61,38% disseram considerar errado o posicionamento e 3,38% muito errada; enquanto 20,25% afirmaram avaliar certa e 2,5% muito certa. 12,5% disseram não saber.

Vacinas

Na avaliação sobre qual das esferas de governo têm prestado um melhor serviço à população em relação às vacinas contra a covid-19, 31,1% disseram o governo estadual, 23,8% o Governo Federal, 21,3% a Prefeitura de Natal, e 25,5% não souberam dizer e 0,8% nenhum.

Fechamento da orla e toque de recolher

O fechamento das praias aos sábados, domingos e feriados é avaliado como certo por 56,75% dos ouvidos na pesquisa e como muito certo por 11,75%. Avaliaram como errado 25% e como muito errado 2%. 4% responderam que não sabem dizer.

O toque de recolher, que a governadora Fátima Bezerra decretou, proibindo as pessoas de circularem nas ruas todas as noites da semana e aos domingos, é avaliado com certo por 56,5% e muito certo por 7,13%; enquanto 29,38% apontaram como errado e 1% como muito errado; e 0% disseram não saber avaliar.

Bares e restaurantes

Ao serem questionados sobre a decisão da governadora de determinar que "a Polícia Militar feche bares e restaurantes e proíba a circulação de pessoas nas ruas todas as noites da semana e aos domingos", os natalenses ouvidos pelos pesquisadores afirmaram que consideram a medida "certa (52,5%), muito certa (6,38%), errada (33,5%), muito errada (1,75%) e não sabe (5,88%).

Avaliação da prevenção

Ao ser perguntado se o governo do Estado e a Prefeitura, qual tem adotado a melhor política de prevenção e atendimento à população, 42% responderam a Prefeitura e 35,5% do Governo. Para esta pergunta, 22,5% afirmaram que "não sabe" responder.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 16/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: AGN vai liberar R\$ 10 milhões em crédito para capital de giro de empresas do turismo e lazer **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/agn-libera-r-10-milha-es-para-empresas-do-turismo-e-lazer/505256>

AGN vai liberar R\$ 10 milhões em crédito para capital de giro de empresas do turismo e lazer

Publicação: 2021-03-19 10:01:00

O Governo do Estado, por meio da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte, simplificou uma série de exigências para concessão de financiamentos e assegura a disponibilidade de R\$ 10 milhões em crédito para capital de giro destinado a bares, restaurantes e empresas com atuação relacionada ao setor de turismo e lazer.

Crédito: Adriane Abreu



Recursos são destinados a empresas com atuação relacionada ao setor de turismo e lazer, principalmente, bares e restaurantes

O financiamento via Fundo Geral do Turismo (Fungetur) pode ser realizado com uma carência de até 12 meses e o pagamento parcelado em até 36 meses. A taxa de juros é de 5% ao ano. Já no caso do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o prazo é de 36 meses, incluindo até 12 meses de carência, e uma taxa de juros de 1,32% ao ano + IPCA, para financiamento no valor de até R\$ 50 mil.

Para assegurar uma velocidade ainda maior na liberação do crédito, a instituição simplificou os processos internos e passa a não exigir mais a apresentação de balanço financeiro para financiamentos de até R\$ 50 mil. Também foi dispensada a apresentação de licenciamento ambiental para bares e restaurantes.

O plano de negócio a ser entregue junto à documentação pode ser simplificado, assim como, empresas limitadas passam a ter os sócios como avalistas dos financiamentos, agora, sem a exigência anterior de apresentação de um terceiro como avalista. A Agência, inclusive, tem trabalhado para disponibilizar, além dos canais digitais já ofertados, uma plataforma online própria para facilitar o acesso ao crédito.

"Esse crédito está sendo lançado em um momento muito importante, em que estamos vivendo a pior fase da pandemia e tivemos que reduzir o horário de funcionamento dos estabelecimentos. Na ausência de auxílio federal, essa foi a maneira que encontramos para dar apoio aos nossos empresários e, junto com outras iniciativas, garantir a manutenção dos empregos dos trabalhadores desse segmento", afirma a governadora, Fátima Bezerra (PT).

A diretora presidente da AGN, Márcia Maia, destacou o trabalho incessante para garantir ao empreendedor cada vez mais alternativas para enfrentar a pandemia, preservar empregos e renda. "Menos burocracia, menor complicação, e crédito mais rápido para o empreendedor. É a luta do Governo do Rio Grande do Norte em favor da preservação das vidas e da dignidade de empreendedores e trabalhadores", afirma Márcia Maia.

O presidente da seccional da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abraser) no RN, Paulo Passariello, aprovou as medidas propostas: "As medidas surgiram do diálogo aberto para que se buscassem alternativas para os bares e restaurantes. Uma boa conquista, mas precisamos ainda mais para evitar um abalo nas empresas e a demissão em massa", conclui Passariello.

Em um ano de pandemia, o Governo do Estado, já garantiu apoio a 721 empresas e empreendedores de diversas atividades ligadas ao setor do turismo, como, por exemplo, hotéis, pousadas, agências de viagens, guias de turismo, bugalhos, ambulantes, bares, restaurantes, lanchonetes e lojas de artesanato. São mais de R\$ 5,2 milhões injetados exclusivamente neste setor.

O volume total de recursos financiados neste período ultrapassou R\$ 30 milhões com 6.110 empreendedores assistidos. O investimento total chega a R\$ 30,1 milhões entre os dias 24 de março de 2020 e 12 de março de 2021.

A instituição ampliou parcerias com Sebrae, Câmaras de Dirigentes Lojistas, Prefeituras e Associações pelo estado, além de atuar ao lado da Fundação José Augusto, Setur, Samjdh, Sethas, Sedraf para ampliar o atendimento a empreendedores e negócios de setores como Cultura, Turismo, Empreendedorismo Jovem, Economia Solidária e Agricultura Familiar.

Foram ampliados prazos de carências e limites de financiamento, criadas novas linhas e diversificadas as ferramentas de atendimento ao empreendedor.

A AGN se habilitou junto ao Sebrae para utilizar o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe/Sebrae) no processo de concessão do crédito para os empreendedores.

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: corte de salário e jornada e suspensão de contratos deverão atingir 3 milhões **Impacto:** Neutro

B1 | TERÇA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 2021

INCLUI CLASSIFICADOS

O ESTADO DE S. PAULO

E&N

ECONOMIA & NEGÓCIOS

PRONTA-ENTREGA

**ALTO DESEMPENHO
NO HOME OFFICE**

CADREIRA AERON COMPLETA
Cor grafite e com todos os ajustes
12x R\$ 790,00

GARANTIA 12 ANOS

HermaNobler

NOVO AMBIENTE

AL. SÁBHEL NORI LERO DA SILVA, 633
TEL: (155 11) 3068-2211
SHOWROOMVENDAS@NOVOAMBIENTE.COM.BR
#NOVOAMBIENTE - 8P | 82

Trabalho. Governo prepara uma revisão no programa do seguro-desemprego para tentar obter recursos para o pagamento do agora batizado 'Bolsa Emergencial', que deve ter um custo entre R\$ 5,8 bilhões e R\$ 6,5 bilhões, segundo estima o Ministério da Economia

Corte de salário e jornada e suspensão de contratos deverão atingir 3 milhões

Felipe Frazão
Idiana Tomazelli | BRASÍLIA

A nova rodada do programa que permite às empresas cortarem jornada e salário e suspender contratos de trabalho deve ter custo total entre R\$ 5,8 bilhões e R\$ 6,5 bilhões para o governo, responsável por pagar um benefício emergencial aos trabalhadores. A estimativa considera que 2,7 milhões a 3,0 milhões de acordos serão firmados entre patrões e empregados nas duas modalidades, segundo documento obtido pelo *Estadão/Broadcast*.

Os dados constam em nota técnica produzida pela Subsecretaria de Políticas Públicas de Trabalho do Ministério da Economia em 9 de março de 2021. Os técnicos ainda podem refinar os números, sobretudo se o quadro de agravamento da pandemia de covid-19 indicar maior demanda pelo programa.

Como revelou o *Estadão*, o governo prepara reformulação no seguro-desemprego para poupar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e conseguir direcionar los ao benefício emergencial (BEm). O programa que permite os acordos para proteger empregos e aliviar o caixa das empresas deve ter duração de quatro meses.

Um desenho inicial do BEm previa que o governo bancaria com recursos públicos os primeiros dois meses de benefício, e os outros dois seriam uma antecipação do seguro-desemprego.



Recuo estratégico. No desenho original do novo programa, governo só pagaria as primeiras duas parcelas do benefício

**● Custo com a ajuda
R\$ 6,5 bi**
é até quanto o governo prevê gastar com o pagamento do programa de redução de jornada e salário e suspensão de contratos

go. No entanto, o governo mudou a estratégia e decidiu bancar integralmente os benefícios de quem tiver jornada e salário reduzidos ou contrato suspenso, sem interferir no seguro-desemprego desse trabalhador,

que manterá o direito de forma integral caso seja demitido após o fim do acordo.

O dinheiro do BEm sairá todo do FAT, mas sem necessidade de aportes adicionais pelo Tesouro Nacional. Com o aumento substancial da dívida pública em 2020, a equipe econômica tem buscado soluções para combater a crise da covid-19 que dependam menos de recursos obtidos via emissão de dívida pública. A economia obtida com a reformulação do seguro-desemprego abrirá espaço dentro do fundo para essas despesas.

Cenários. Os técnicos traçaram três cenários para o pagamento do BEm, agora chamado de "Bolsa Emergencial". No cenário-base, que na visão do governo é o que tem mais chances de ocorrer, haveria 1,16 milhão de acordos de suspensão de contrato e 1,69 milhão de acordos de redução de jornada e salário (total de 2,85 milhões). Considerando o gasto médio esperado com cada trabalhador, o custo do programa ficaria em R\$ 6,14 bilhões.

Na redução de jornada e salário, os acordos podem ser firmados com cortes de 25%, 50% ou 70%, nos mesmos moldes da primeira rodada do programa em 2020.

No cenário conservador, menos contratos são alvo de acordo, 1,1 milhão em suspensão e 1,6 milhão em redução de jornada e salário. A despesa ficaria em R\$ 5,82 bilhões. Já no cenário agressivo, haveria 1,2 milhão de suspensões de contrato e 1,8 milhão de acordos de redução de jornada e salário, com custo de R\$ 6,46 bilhões.

As projeções levaram em conta as adesões ao BEm no período de setembro a dezembro de 2020. Os técnicos usaram esse período, e não o do pico de acordos logo no início do programa, porque consideram que houve uma acomodação no número de empresas que precisaram do instrumento para seguir operando sem prejuízos e sem precisar demitir seus funcionários.

Por isso, o período de setembro a dezembro de 2020 é considerado uma amostra mais fiel ao que deve suceder agora, em 2021, com o relançamento do programa. O governo tem recebido informações de que o maior demandante do novo BEm será o setor de serviços.

Os cálculos também levaram em conta projeções de qual deve ser a duração dos acordos por faixa de renda. Na nota, essa metodologia é defendida sob o argumento de proporcionar estimativas "mais ajustadas". No ano passado, o governo destinou R\$ 51,55 bilhões ao programa, mas foram utilizados R\$ 33,5 bilhões.

Como antecipou o *Estadão*, o governo pretende reformular a política de seguro-desemprego para acelerar a recolocação dos trabalhadores e reduzir a dependência deles em relação ao benefício. Uma das medidas em estudo prevê que a parcela do benefício terá uma redução de 10% do valor inicial a cada mês, respeitado o piso de um salário mínimo./LT.

Seguro-desemprego de domésticas deve ser ampliado

BRASÍLIA

Enquanto aperta as regras do seguro-desemprego para os trabalhadores em geral, o governo pretende tornar o acesso ao benefício mais equitativo para grupos que hoje têm direito a uma proteção menor ou sequer conseguem obter a ajuda. Uma das mudanças em estudo é equiparar o seguro-desemprego dos

empregados domésticos aos dos trabalhadores em geral. Outra alteração deve ser permitir o acesso ao benefício por profissionais com carteira demitidos em comum acordo com o empregador.

Os empregados domésticos hoje têm direito a apenas três parcelas do seguro-desemprego, no valor fixo de um salário mínimo (R\$ 1,1 mil), independentemente do salário recebido. Já os demais trabalhadores recebem de três a cinco parcelas, que ficam entre o piso e um teto de R\$ 1.911,84.

Outra medida em estudo é permitir que o trabalhador que aceita sua demissão com o empregador possa requerer o benefício. Hoje, ele não tem essa opção. Na demissão por acordo, o trabalhador resgata 80% de seu

salário no FGTS, e a empresa paga metade da multa (20%) sobre os valores recolhidos ao fundo de garantia durante o contrato de trabalho. A modalidade foi criada na reforma trabalhista de 2017.

As duas mudanças representam maior custo para o governo e devem ser compensadas com a economia a ser obtida com as alterações na regra geral do se-

guro.

O governo também quer antecipar o pagamento do abono salarial (espécie de 14º salário pago a trabalhadores que ganham até dois salários mínimos) ao trabalhador que for demitido e tiver direito. Na regra atual, o valor pode demorar mais de um ano para poder ser sacado pelo trabalhador, que nem sempre sabe que tem direito. A defasagem é fruto do calendário do abono, que prevê os pagamentos de 6 a 18 meses após a aquisição do direito.

Como antecipou o *Estadão*, o governo pretende reformular a política de seguro-desemprego para acelerar a recolocação dos trabalhadores e reduzir a dependência deles em relação ao benefício. Uma das medidas em estudo prevê que a parcela do benefício terá uma redução de 10% do valor inicial a cada mês, respeitado o piso de um salário mínimo./LT.

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: INSS poderá conceder auxílio-doença sem perícia até o fim do ano **Impacto:** Neutro

INSS poderá conceder auxílio-doença sem perícia até o fim do ano

Medida visa a evitar filas; Congresso autorizou que a concessão se dê por meio de análise de documentos

Idiliana Tomazelli / BRASÍLIA

O Congresso Nacional autorizou o INSS a conceder benefícios por incapacidade, como o auxílio-doença, por meio de análise de documentos, sem necessidade de perícia presencial. A medida vale até 31 de dezembro de 2021 e é uma alternativa para enfrentar o problema das filas para perícia médica, que permanecem diante da necessidade de fechar agências em

meio à pandemia de covid-19. O dispositivo foi inserido na lei que ampliou a margem para empréstimos consignados de aposentados do INSS, que ainda aguarda a sanção do presidente Jair Bolsonaro. Segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, a medida teve o aval da área econômica do governo.

De acordo com o texto, a concessão será feita mediante apresentação de atestado médico e documentos complementares, e a duração máxima do benefício será de 90 dias. O auxílio-doença ou auxílio-acidente concedido nessa modalidade excepcional não poderá ser prorrogado. Caso a incapacidade persista, será preciso apresentar novo requerimento.

Os detalhes operacionais da concessão do benefício por meio desse tipo de análise ainda serão regulamentados pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e pelo INSS.

A intenção, segundo apurou a reportagem, é usar a autorização para destravar benefícios que foram solicitados em agências que continuam fechadas ou têm grande acúmulo de requerimentos. Mesmo em solicitações feitas pela internet, o pedido fica atrelado a uma agência do INSS. No momento, estão abertas 1.173 agências do INSS, de um total de 1.562. Nem todas têm perícia médica disponível.

Técnicos afirmam que o modelo é mais robusto do que a antecipação adotada em 2020, quando bastava apresentar um atestado médico e, após a validação, o beneficiário recebia um adiantamento no valor de um salário mínimo (na época em R\$ 1.045).

Agora, a análise não se limita ao atestado médico. Como a lei fala em “documentos comple-



Contra filas. Medida tem validade até dia 31 de dezembro

● Autorização

90 dias

é o prazo máximo do benefício liberado sem a perícia médica; se a incapacidade persistir, é preciso novo requerimento

mentares”, será possível solicitar exames, laudos, entre outras provas da incapacidade. Por isso, a avaliação é que o risco de

fraudes é menor, uma vez que a análise será mais completa.

Exemplo. Um segurado que frature o braço, por exemplo, poderia ser instado a encaminhar não só o atestado médico, mas um exame de imagem que comprove o trauma e eventualmente até fotos. A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho considera essa autorização importante, pois, diante do atual cenário da pandemia pelo

coronavírus no País, prevê uma alternativa para que os segurados possam requerer o benefício sem terem de recorrer necessariamente ao agendamento presencial da perícia médica.

Hoje (conforme posição de 10 de março) existem cerca de 709 mil agendamentos de perícia médica. O número de perícias presenciais realizadas diariamente encontra-se próximo de 20 mil, distribuídas em 592 unidades que estão aptas a prestar esse serviço. Procurado, o INSS informou apenas que futuras informações sobre o tema “serão amplamente divulgadas”.

A busca de uma saída para resolver o problema das perícias vem depois de o Tribunal de Contas da União (TCU) cobrar novamente do governo uma proposta para lidar com as restrições impostas pela covid-19, quase seis meses após virar tona o impasse entre peritos médicos e o INSS para a retomada do atendimento à população. A ausência de avanço concreto na normalização do serviço deflagrou o novo alerta.

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Maioria vai receber R\$ 150 do novo auxílio **Impacto:** Neutro

B4 | Economia | TERÇA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Maioria vai receber R\$ 150 do novo auxílio

São cerca de 20 milhões de famílias, de um total de 46 milhões que vão ter o benefício

Ídiana Tomazelli | BRASÍLIA

A maior parte do público do auxílio emergencial deve receber a menor cota do benefício, no valor de R\$ 150, segundo apurou o *Estadão/Broadcast*. Serão cerca de 20 milhões de famílias – 43% do total de contemplados estimado na nova rodada – na categoria “unipessoal”, isto é, composta por apenas uma única pessoa.

Outras 16,7 milhões de famílias têm mais de um integrante e vão receber R\$ 250. Já a maior cota, de R\$ 375, deve ser paga a cerca de 9,3 milhões de mulheres que são as únicas provedoras de suas famílias. O pagamento das novas parcelas do auxílio está previsto para começar em abril.

Pelo novo desenho do auxílio, o governo vai pagar quatro parcelas de R\$ 150 a R\$ 375 a cerca de 46 milhões de brasileiros. Apenas uma pessoa por família poderá ser contemplada. As regras são mais apertadas do que em 2020, quando o auxílio pagou cinco parcelas de R\$ 600 e quatro de R\$ 300, com cotas em dobro para as mulheres chefes de família. Até duas pessoas na família podiam receber o re-

passar.

O governo tem evitado detalhar publicamente a divisão dos novos benefícios antes da edição de medida provisória que recriará o programa de assistência a vulneráveis, pois já tem sido alvo de críticas do Congresso e de organizações da sociedade civil pela redução nos valores mensais.

Autoridades também têm centrado o discurso de que a “média” do benefício será de R\$ 250. O ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a dizer em 8 de março que a maior parte receberia esse valor.

Em 10 de março, o presidente Jair Bolsonaro reforçou que a “média” seria de R\$ 250, sem citar os demais valores e grupos de beneficiários. Segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, Bolsonaro já havia recebido os números preliminares do auxílio no início de março e, na época, as estimativas apontavam cerca de 18 milhões de famílias de uma única pessoa na mira do governo, número que cresceu nos últimos dias.

Na reunião do início de março, o valor mínimo para esses beneficiários também era menor: R\$ 125, ou metade da cota



Ponto final. Arthur Lira (E) e Rodrigo Pacheco na sessão do Congresso Nacional de promulgação da PEC emergencial

Congresso promulga PEC que abre porta para pagamentos

● O Congresso Nacional promulgou ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) emergencial, que destrava uma nova rodada do auxílio emergencial. O ato foi assinado pelos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e da Câmara, Arthur Lira

(PP-AL), durante sessão solene do Legislativo.

A proposta autoriza o governo federal a pagar uma nova rodada do auxílio, limitada a R\$ 44 bilhões, por meio de crédito extraordinário, ou seja, fora das “amarras” das regras fiscais. A liberação do benefício depende de operacionalização do Executivo. Por ser uma PEC, o texto não depende de sanção do Executivo e passa a valer assim que promulgado pelo Congresso.

Agora, o governo precisa editar uma medida provisória com os critérios para o pagamento da nova rodada do auxílio. O desenho prevê quatro parcelas mensais de R\$ 150 para famílias de uma pessoa só, R\$ 250 para a média das famílias e R\$ 375 para mulheres que são únicas provedoras da família. O governo prevê contemplar cerca de 46 milhões de pessoas e o início do pagamento deve ficar para abril. / DANIEL WETERMAN

média de R\$ 250.

O Congresso Nacional aprovou na semana passada e promulgou ontem a emenda constitucional que abre caminho à recriação do programa de assistência aos vulneráveis (*nas transformações nesta página*). Ela prevê um limite de R\$ 44 bilhões para despesas com auxílio livres de regras fiscais como o teto de gastos, que limita o avan-

ço das despesas à inflação. Esse valor tem “pouca gordura” para alterar os valores dos benefícios, uma vez que precisa bancar também os custos com a Caixa e a Dataprev, contratadas para operacionalizar o programa assistencial.

Medida provisória. O texto da medida provisória que recria o auxílio e estabelece seus crité-

rios de concessão já havia sido revisado por órgãos jurídicos e de controle até o início da tarde de ontem, mas ainda faltava a revisão final do órgão responsável pela política, o Ministério da Cidadania.

Após a publicação, a MP tem vigência imediata, e o Congresso pode aprová-la em até 120 dias, inclusive com alterações. A estratégia da equipe econô-

mica é evitar que isso aconteça, uma vez que o período de vigência do texto é suficiente para a operacionalização das quatro parcelas do benefício. Com isso, o governo evitaria que os parlamentares elevem o valor ou ampliem o alcance do auxílio – o que geraria a necessidade de mais recursos.

O governo também precisa editar uma MP com o crédito extraordinário, fora do teto de gastos, que libera os recursos para o pagamento do benefício. Como mostrou o *Estadão/Broadcast*, o governo decidiu bancar todo o valor com esse crédito, inclusive no caso de beneficiários do Bolsa Família. Na prática, o Orçamento do Bolsa Família terá uma economia de recursos, que no segundo semestre deve ser direcionada à reestruturação do programa permanente de assistência. O governo tem planos para elevar o valor médio do Bolsa Família, hoje em cerca de R\$ 190.

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: G20 discute tributação de economia digital, mas Brasil engatinha no tema **Impacto:** Neutro

B8 | **Economia** | TERÇA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Negócios

BDO
Auditoria | Consultoria
#20ANOSBDO

Discussão. No País, reforma tributária ignora questões da economia digital, enquanto EUA e Europa debatem em qual país impostos devem ser cobrados; especialistas enxergam possível imposto sobre transação financeira no Brasil como resposta inadequada

G20 discute tributação de economia digital, mas Brasil engatinha no tema

Célia Froufe
BRASÍLIA

O grupo das 20 economias mais ricas do globo (G20), do qual o Brasil faz parte, fará uma reunião sobre a economia digital nesta semana, nos dias 17 e 18. Enquanto o mundo trava um forte debate sobre a tributação digital, especialmente as “Big Techs” (gigantes como Amazon e Google), o Brasil engatinha na discussão. O ‘Estadão/Broadcast’ conversou com especialistas e há um consenso de que o assunto está longe de ser resolvido.

Aqui, a reforma tributária está em pauta, com a promessa dos novos presidentes da Câmara e do Senado de que vão acelerar sua tramitação no Congresso. Os textos propostos, porém, deixam de fora a questão da economia digital.

Um ponto que dificulta a chegada de um consenso em todo o mundo é o de que, na economia digital, quase toda atividade pode ser classificada como serviço. E a divisão de bens e serviços tem sido cada vez mais difusa com o uso das novas tecnologias. Em muitos casos, há a pergunta sobre se o que será taxa-

do é um produto, um serviço ou uma terceira opção.

O debate interno se torna mais complicado porque há aqui um imposto específico para cada segmento produtivo. No exterior, como nos países da Europa, por exemplo, a área fiscal optou por um tributo único, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), sem distinção entre as áreas de atuação. A batalha internacional diz respeito onde o tributo deve ser cobrado. Os americanos sustentam que seja nos países onde estão as sedes das companhias. A maioria das outras nações alega que as atividades se desenvolvem em seu território, com agregação de valor e em função de seus consumidores. Portanto, o argumento é o de que, pelo menos uma parte dos impostos, deveria ser cobrada onde o serviço é usufruído.

“Aqui há uma discussão infrutífera sobre a economia digital, mas ao mesmo tempo tem um tributo ruim. Mas que pega parte dessas operações das grandes companhias”, afirmou Aristóteles de Queiroz Camara, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em relação ao PIS e à Cofins. “Isso é algo que não tem parâmetro na Europa ou nos EUA. E por isso que é tão



Digital. Textos de reforma tributária não abordam questão

● Debate

“Aqui há uma discussão infrutífera sobre a economia digital, mas ao mesmo tempo tem um tributo ruim. Mas que pega parte dessas operações das grandes companhias”
Aristóteles de Queiroz Camara
PESQUISADOR DA FGV

urgente o debate no Brasil”, diz.

Dessa forma, a instalação de atividades de companhias internacionais em terras domésticas já gera receitas ao governo. O problema, de acordo com Camara, é que o tributo é arcaico, mas acaba funcionando nesse campo, ainda que não seja a forma ideal. A pior consequência, segundo o professor, é que gera problemas em outros campos

e, por isso, são os tributos que geram mais disputas judiciais.

Ele comentou que a reforma tributária não toca na área digital, mas que uma de suas maiores preocupações hoje é com o aceno feito pelo governo de voltar a introduzir a CPMF ou um tributo financeiro semelhante. “Em tese, essa CPMF iria abranger a tributação digital, mas isso está errado. Isso é um assunto mais ligado ao imposto de renda (das empresas). No Brasil, o assunto está deturpado”, diz. “A CPMF é uma solução ruim para o problema errado.”

Expectativa. O mundo está completamente sem rumo sobre qual a melhor forma de aplicar tributos sobre os produtos digitais – em especial, os que têm origem fora de seus territórios. Há mais de cinco anos, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) se debruça sobre o tema para tentar encontrar pontos em comum à maior parte dos países – uma proposta foi lançada em outubro de 2019, tentando costurar as questões de seus vários membros. Na avaliação da entidade, houve “progressos substanciais” para alcançar uma solução consensual

de longo prazo para os desafios fiscais decorrentes da digitalização da economia. A expectativa é a de que se chegue a um acordo até meados deste ano.

Um estudo da KPMG, lançado no ano passado, destacou que os benefícios para a economia global trazidos pela inovação tecnológica foram muitos, e que os governos têm se esforçado para incentivar empresas do setor a manter seus países alinhados com o que há de mais moderno no mundo. “No entanto, certos setores e negócios se beneficiam desproporcionalmente de impostos preferenciais, criando um campo de jogo desigual”, diz o estudo.

Celso de Barros Correia Neto, professor do IDP, diz que não há solução acabada para o assunto. Para ele, também não há como escapar de levar em consideração o número de usuários como critério de tributação. “Isso envolve o desafio de repensar a soberania fiscal.”

Ele diz que a conversa internacional sobre a quem cabe a tributação ainda nem chegou ao Brasil – e há muitas indefinições sobre o tema, que acabam no Supremo Tribunal Federal (STF), que pode demorar anos para definir sentença sobre o tema.

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Nova onda de covid interrompe retomada de pequena empresa **Impacto:** Neutro

Nova onda de covid interrompe retomada de pequena empresa

Queda do faturamento das PMEs em fevereiro foi de 40% ante pré-pandemia, mesmo nível de agosto

Fernanda Guimarães

Com o fôlego financeiro limitado após um ano de pandemia, as pequenas empresas se depararam com uma interrupção da recuperação do faturamento em fevereiro, mesmo momento da chegada da segunda onda de contágio de covid-19. No mês passado, a queda média das re-

ceitas das pequenas e médias empresas (PMEs) brasileiras foi de 40% em relação à pré-pandemia, retrocedendo ao mesmo patamar de agosto do ano passado. Essa piora precede o aumento da adoção pelos Estados de medidas restritivas mais duras para combater o alto índice de contágio.

A última pesquisa “O Impacto da Pandemia do Coronavírus nos Pequenos Negócios”, a 10ª realizada pelo Sebrae em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostra que o crescimento do faturamento vinha sendo mantido desde abril, o mês mais crítico da crise até



Online. Venda de vouchers ajudou empresa de turismo

aqui, quando a queda das receitas chegou a 70%. Dos entrevistados, 57% disseram estar muito preocupados com o futuro e com dificuldades para manter o negócio – ante um total de 47% em novembro.

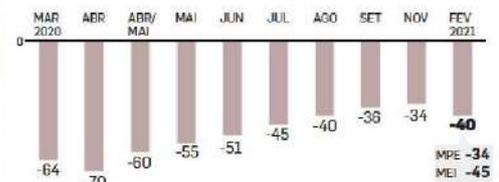
“O efeito sanfona do abre e fecha é desastroso para a pequena e média empresa”, comenta o presidente do Sebrae, Carlos

Melles. Segundo ele, a recuperação virá, de fato, com o ganho de ritmo de vacinação no Brasil, o que poderá levar a uma retomada firme para essas empresas a partir do segundo semestre. “Vemos que existe um represamento da demanda de consumo.”

Baque. Em um dos setores que mais sofreu o baque da crise, a dona da Rick Turismo, Cristiana Carvalho, teve que repensar seu negócio com a pandemia, que deixou as pessoas em casa – e sem viajar. Para movimentar a empresa, pegou carona nas “lives”, que se tornaram uma marca em tempos de isolamento social, e fez as suas com clientes falando sobre as experiências de viagens. Tomou a iniciativa de vender vouchers de viagens – o cliente pode ir pagando para realizar a viagem futuramente. “É sempre mandamos mensagens aos clientes.

QUEDA DO FATURAMENTO DAS PMES

● Impacto médio na receita das empresas na pandemia EM PORCENTAGEM



FONTE: SEBRAE

INFORMAÇÃO/ESTADÃO

Quem é visto é sempre lembrado”, comenta.

Com isso, a empresa conseguiu manter algum faturamento, mas não pôde evitar um tombo de cerca de 60% das receitas em 2020. Em setembro, conta, a demanda dos clientes começou a melhorar, mas a recuperação começou a ser afetada com a nova onda. “Quando as pessoas forem vacinadas, as coisas vão voltar a ser como eram”, diz.

O vice-presidente de Pequenas e Médias Empresas e Identidade Digital da Serasa Experian, Cleber Genero, aponta que, para 2021, as empresas carregarão o aprendizado adquirido no ano passado, quando as companhias, após o susto, tiveram que correr para se inovar, digitalizar e arrumar a casa financeiramente para se manter de pé.

Para 51% dos entrevistados na pesquisa do Sebrae, a principal medida do governo para au-

xiliar o segmento seria a extensão das linhas de crédito como o Pronampe. Cerca de 13% apontaram a extensão do auxílio emergencial.

Para Mariane Ferreira, dona do Empório Sabor Real, a chegada do crédito foi difícil. Sem muito fôlego financeiro, a pequena empreendedora tem trabalhado com pouco estoque e fazendo suas vendas por meio de redes sociais, Whatsapp e aplicativos de entrega. “A gente acorda sem saber se o negócio vai estar vivo no outro dia. Os preços também subiram muito e eu não consigo repassar para o consumidor”, conta.

Com queda de seu faturamento da ordem de 40%, Mariane foi atrás de crédito. Buscou todas as linhas lançadas, mas encontrou portas fechadas para sua demanda. Decidiu recorrer a um crédito pessoal, ou seja, com juros muito mais altos.

MERCADO IMOBILIÁRIO

Deseja saber qual o Maior e Melhor Aproveitamento para seu terreno ou gleba?
Contrate uma de nossas opções de estudos e identifique as melhores oportunidades de ocupação, com dimensionamento da oferta/demanda e retorno de seu investimento.

Solicite um orçamento sem compromisso!

embraesp.com.br | estudos@embraesp.com.br

(11) 3665-1590
(11) 99913-5823
(11) 99524-5823

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Atividade econômica cresce 1,04% em janeiro, mas deve desacelerar **Impacto:** Neutro

Atividade econômica cresce 1,04% em janeiro, mas deve desacelerar

Larissa Garcia

BRASÍLIA A atividade econômica cresceu 1,04% em janeiro, segundo o indicador IBC-Br do BC (Banco Central) divulgado nesta segunda-feira (15). O índice alcançou o maior patamar desde maio de 2015, apontando uma retomada econômica no período.

Na avaliação de economistas ouvidos pela Folha, no entanto, a tendência é de desaceleração em fevereiro e março em razão do agravamento da pandemia e de novas medidas de restrição adotadas em alguns estados.

Além disso, o número de janeiro ainda reflete o relaxamento do distanciamento social promovido no fim do ano passado e o auxílio emergencial, pago até dezembro.

O indicador é medido em pontos e chegou a 140,30 no mês. A variação percentual foi bem acima da observada em dezembro (0,71%). Antes, o BC havia divulgado que a economia cresceu 0,64% no mês, mas a série foi revisada.

Em janeiro de 2020, o índice era de 138,54 pontos e foi a 140,02 em fevereiro. A partir de então, a atividade começou a cair e chegou ao menor nível em abril, com 119,93 pontos.

O número foi calculado com ajuste sazonal (que remove especificidades de um mês, como número de dias úteis) para facilitar a comparação com outros períodos.

Após o começo da pandemia, o fechamento dos comércios e o distanciamento social afetaram a economia. Com a reabertura e flexibilização das medidas restritivas, a atividade entrou em ritmo de recuperação, embo-

ra sem compensar as perdas da crise sanitária.

Silvia Matos, pesquisadora de economia aplicada do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia) da FGV (Fundação Getúlio Vargas), diz que a retomada da economia está condicionada à capacidade de conter a pandemia.

“Os números do passado foram positivos mas ficaram no passado. Agora temos uma nova rodada de restrições e setores que já estavam muito deprimidos, como serviços, devem permanecer assim. Em janeiro a indústria ainda mostrou robustez porque houve demanda muito grande e reposição dos estoques”, avalia a especialista.

Matos destaca que o alongamento da crise pode gerar problemas de longo prazo. “Enquanto de fato não superarmos a pandemia será prematuro dizer que o pior ficou para trás. Continuaremos nesse vaivém e quanto mais tempo levarmos mais fraturas teremos na economia, com menos investimento, acentuação da desigualdade no mercado de trabalho etc.”, diz.

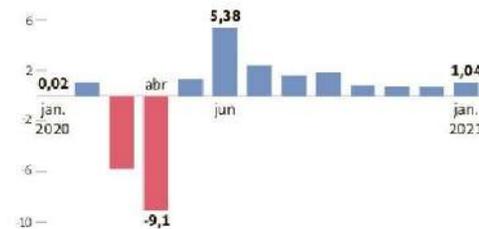
O economista-chefe da JF Trust Investimentos, Eduardo Velho, afirma que o dado de janeiro surpreendeu para cima, mas que fevereiro e março devem ser piores.

“O resultado de janeiro não é uma tendência. Além do agravamento da pandemia, com novas medidas de restrição, temos efeito da inflação, que está acima das expectativas, e do câmbio, que ainda não foram captados no indicador.”

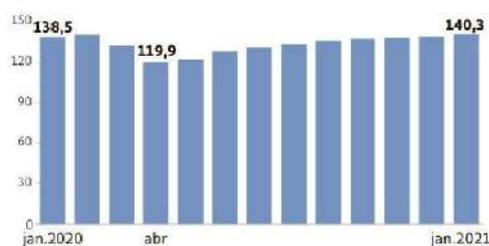
Para o analista, a atividade do primeiro trimestre do ano terá resultado negativo. “O número melhor de janeiro

Atividade econômica cresce em janeiro, indica Banco Central

Variação da atividade econômica mês a mês*, em %



Nível da atividade econômica, em pontos**



*Os números podem ser diferentes dos informados anteriormente porque a série foi revisada. **Dados dessazonalizados. Fonte: Banco Central.

não indica que não terá queda, mas que ela será um pouco menor”, afirma.

Gustavo Bertotti, economista-chefe da Messem Investimentos, concorda que o desempenho de fevereiro e março será menor que o de janeiro. “Foi um dado positivo, mas muito disso ainda é um reflexo do relaxamento de medidas de restrição e do auxílio emergencial. Porém esse dado não se sustenta, a tendência é de queda por causa da situação que vivemos no país.”

Bertotti pontua que as variáveis que contribuíram para a

melhora da economia no ano passado estão comprometidas atualmente.

“Vivemos hoje o pior momento do vírus no país, com aumento das medidas de isolamento, atraso na vacinação e ao mesmo tempo o auxílio, que está sendo discutido, deverá voltar somente em abril. Isso tudo vai começar a pesar nos indicadores”, analisa.

A analista da Terra Investimentos, Heloíse Sanchez, também diz acreditar que, mesmo com a volta do auxílio emergencial, que está sendo desenhado em valor me-

nor, o impacto na atividade será limitado.

“Para os próximos meses, caso ocorram novos aumentos devido retomada do auxílio emergencial, deverão ser mais contidos, justamente pelo período em que estamos passando na economia, com todas as restrições e cenário alarmante de calamidade pública”, ressalta.

No acumulado dos 12 meses terminados em janeiro, houve queda de 4,04% no indicador.

Em março, quando o vírus chegou ao país, houve redução de 5,90% no setor produtivo, segundo informado na época, já sob efeito do distanciamento social. Após a revisão, a variação foi para queda de 5,76%.

Com a população em casa, o consumo diminuiu em diversos setores, como transporte e hospedagem, e a atividade econômica despencou.

O pior resultado foi registrado em abril, quando a economia caiu 9,73% (9,10% com revisão), nível mais baixo desde outubro de 2020 e maior queda entre um mês e outro em toda a série histórica, iniciada em 2003.

Maior já trouxe resultado positivo em relação a abril, de 1,3%, mas ficou aquém das expectativas do mercado, que eram de 4,5%.

O IBC-Br mede a atividade econômica do país e é divulgado desde março de 2010. Ele foi criado para auxiliar em decisões de política monetária, já que não existe outro dado mensal de desempenho do setor produtivo.

O indicador leva em conta o desempenho dos principais setores da economia: indústria, agropecuária e serviços.

Dólar sobe para R\$ 5,64, e Ibovespa tem alta de 0,6%

Júlia Moura

SÃO PAULO O dólar fechou em alta de 1,42%, a R\$ 5,6390, nesta segunda-feira (15). Na máxima, a moeda foi a R\$ 5,6560, mas perdeu força após o Banco Central leiloar US\$ 1,065 à vista e US\$ 500 milhões via swaps cambiais.

Dentre todas as moedas globais, o real foi a que mais se desvalorizou na sessão.

Segundo analistas, a piora na pandemia no Brasil seguida de restrições mais rígidas, a indefinição quanto ao novo ministro da Saúde e a expectativa por decisões monetárias por aqui e nos EUA nesta semana pesaram contra a divisa.

“A pandemia ainda tem altos custos econômicos, sociais e de saúde, e todos eles sugerem que a recuperação econômica pode estagnar e que as contas fiscais e a dívida pública provavelmente permanecerão sob pressão”, disseram estrategistas do Société Générale.

“Isso significa um aumento nas vulnerabilidades macroeconômicas do Brasil e em prêmios de risco que eventualmente serão traduzidos em uma moeda mais fraca e curva mais inclinada.”

Acompanhando os mercados no exterior, o Ibovespa subiu 0,6%, a 114.850,74 pontos. Nesta segunda, a Bolsa brasileira voltou a fechar 17h, com after market entre 17h30 e 18h.

Em Nova York, o índice S&P 500 subiu 0,65%. Já o Dow Jones teve alta de 0,53% e Nasdaq, de 1,05%.

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/03/21 – **Cidade/UF:** DF

Título: Governo autoriza laboratórios a aumentar em até 4,88% preços de medicamentos **Impacto:** Neutro

Governo autoriza laboratórios a aumentar em até 4,88% preços de medicamentos

Raquel Lopes

BRASÍLIA A CMED (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos) autorizou o aumento de até 4,88% nos preços de remédios.

O reajuste, que já pode ser aplicado pelas farmacêuticas, foi publicado no Diário Oficial da União desta segunda-feira (15).

O aumento é tradicionalmente liberado no fim de março pela CMED, órgão interministerial composto pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e pelos ministérios da Saúde, da Casa Civil, da Economia e da Justiça.

Antes que um medicamento possa ser comercializado no país, é preciso obter tanto o registro sanitário na Anvisa quanto a autorização de preço máximo pela CMED. Os ajustes de preços também devem ser autorizados pelo órgão, uma vez ao ano, conforme uma fórmula preestabelecida.

O reajuste não representa um aumento automático nos preços, mas um limite máximo. Ou seja, cada empresa pode optar pela apli-

cação do índice total ou menor, a depender das estratégias comerciais.

Para chegar ao percentual, a CMED observa fatores como a inflação dos últimos 12 meses (IPCA), a produtividade das indústrias de medicamentos, custos como câmbio e tarifa de energia elétrica e a concorrência de mercado.

No ano passado, o governo decidiu adiar o reajuste no teto do preço de medicamentos em meio à pandemia.

Moletom entra no cálculo de inflação no Reino Unido

Ana Estela de Sousa Pinto

BRUXELAS Novos hábitos introduzidos pela pandemia do novo coronavírus marcam a nova cesta de produtos usada para calcular a inflação no Reino Unido, divulgada nesta segunda-feira (15) pelo ONS, departamento responsável pelas estatísticas essenciais.

+ MERCADO VÊ IPCA A 4,6% EM 2021

A projeção do boletim Focus, do Banco Central, subiu pela 10ª semana seguida e chegou a 4,60%, de 3,98% antes e bem acima do centro da meta oficial, de 3,75%. Para 2022, segue a expectativa de alta do IPCA de 3,50%, exatamente no centro da meta. Para ambos os anos, a margem de tolerância é de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Desinfetantes para as mãos, roupas confortáveis masculinas — como abrigos de moletom — e halteres para fazer ginástica em casa foram alguns dos produtos que entraram na base de cálculos do governo britânico.

A inflação é uma medida de quanto variam os preços de uma cesta de produtos previamente definida, na qual cada um tem um peso definido de acordo com sua importância relativa nas compras da população.

A lista de produtos é revista todos os anos “para garantir que continue a medir com precisão a variação do custo dos produtos e serviços ao longo do tempo e reflita as mudanças nos gostos e hábitos dos consumidores”, afirmou o ONS.

Com os confinamentos e a concentração de várias atividades em casa, produtos de tecnologia para o trabalho e a economia de energia também foram adicionados à nova lista. Entre eles estão smartwatches (também por causa dos exercícios físicos), lâmpadas inteligentes e wifi.

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Congresso promulga PEC que destrava novo auxílio **Impacto:** Neutro

FOLHA DE S.PAULO ★★★

TERÇA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 2021 **A15**

mercado

Congresso promulga PEC que destrava novo auxílio

Benefício, que ainda depende de edição de MP, deve ser pago a partir de abril

Renato Machado

BRASÍLIA O Congresso Nacional promulgou na manhã desta segunda-feira (15) a PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, que estabelece medidas de ajuste fiscal e que era apontada pelo governo como pré-condição para liberar uma nova rodada do auxílio emergencial.

O benefício deve começar a ser pago só a partir de abril.

Os presidentes da Câmara e do Senado afirmaram que agora aguardam a medida provisória do auxílio com "ansiedade" e o "mais rápido possível".

"Pelo Congresso não faltará, nem por um instante, empenho em fazer nossa parte para alcançarmos esse objetivo [derrotar a pandemia]. E, ao ensejo e ao final deste pronunciamento, registro que o Congresso aguarda, e espera, com otimismo e alguma ansiedade, a edição, o mais rapidamente possível, de uma medida provisória que institua o auxílio emergencial aos necessitados do Brasil, pelo Poder Executivo", disse o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), durante a sessão.

Após a sessão, Pacheco e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), realizaram um pronunciamento, mas não quiseram responder a questionamentos dos jornalistas.

"Todo o trabalho da política, do Congresso Nacional, do



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL, segundo à esquerda), e o do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG, no centro), na promulgação da PEC Emergencial Michel Jesus/Câmara dos Deputados

Poder Executivo para que esse momento de muita angústia na pandemia seja ultrapassado com o mínimo de assistência possível para aquelas pessoas que mais precisam", afirmou Lira.

Apesar de ter sido apresentada no Senado em 2019, a PEC Emergencial enfrentou resistência e acabou paralisada. Após a troca das presidências na Câmara e no Senado no início do ano, os novos comandantes no Congresso elegeram o auxílio como bandeira.

O governo, por sua vez, ar-

ticulou para que o benefício fosse liberado somente após a aprovação da PEC, o que pôs a proposta novamente como prioridade. Após a apresentação do relatório do senador Márcio Bittar (MDB-AC), no fim de fevereiro, o texto foi aprovado nas duas Casas em um intervalo de duas semanas.

A tramitação da PEC era um teste de força para o ministro Paulo Guedes (Economia), que vinha falando a interlocutores que poderia deixar o governo em caso de não aprovação.

mite máximo R\$44 bilhões a ser gasto com o auxílio emergencial neste ano.

Na Câmara dos Deputados, a proposta sofreu suas maiores alterações, após grande pressão de alguns setores, como os policiais — que constituem uma das bases de apoio ao governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Para evitar que a estrutura principal da PEC fosse desmontada, articuladores do Planalto e do Ministério da Economia aceitaram abrir mão de dispositivos que travavam a progressão e promoção de servidores e agentes públicos.

Com a medida, mesmo em casos de emergência fiscal ou calamidade pública, todos os servidores seguirão com o direito de avançar nas carreiras, aumentando seus salários.

Os gatilhos para suspensão de reajustes salariais, em caso de calamidade, inclusive de policiais, foram mantidos no texto. Desta que apresentado para derrubar os gatilhos foi derrotado após governo e partidos fecharem acordo abrindo mão da restrição à progressão e promoção na carreira.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), afirmou que a aprovação da PEC representa "a mais importante reforma fiscal desde a sanção da Lei de Responsabilidade Fiscal".

A oposição, por sua vez, reclamou que uma alteração promovida pela Câmara acabou na prática permitindo o uso de recursos de fundos públicos para abater dívida.

Na aprovação da PEC emergencial, afirma a bancada do PT, a Câmara suprimiu uma parte do texto e autorizou o governo a utilizar R\$ 200 bilhões do superávit dos fundos para amortizar dívida. Esses recursos teria atingido fundos, como o Fundo Nacional

de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o Fundo Nacional de Cultura e os Fundos de Segurança e dos militares.

"A utilização desses fundos jamais foi deliberada pelo Senado. Eles foram levados de roldão na Câmara. Em nenhum momento, aceitamos incluir esses fundos nas desvinculações. Não concordamos que o governo retire recursos desses fundos estratégicos para o país", disse o líder da minoria, senador Jean Paul Prates (PT-RN).

O PT afirma que vai apresentar uma proposta de emenda constitucional para tentar corrigir essa distorção.

Em relação ao auxílio, a previsão é que a MP que autoriza o benefício seja encaminhada nesta semana ao Congresso.

As parcelas devem ser variáveis, a depender da composição familiar. A última versão da medida previa valor padrão de R\$ 250 por quatro meses. Mulheres chefes de família devem receber R\$ 375, enquanto o pagamento para pessoas que vivem sozinhas deve ficar em R\$ 150 — Guedes chegou a mencionar o valor de R\$ 175 para esses beneficiários.

Em 2020, foram pagas cinco parcelas de R\$ 600 e outras quatro de R\$ 300. O pagamento fez disparar a popularidade de Bolsonaro, que se refere ao benefício como "o maior programa social do mundo".

A oposição no Congresso já afirmou que vai articular para aumentar o valor.

"O PT lutou e lutará pelos R\$ 600, auxílio emergencial de R\$ 600, durante a pandemia. E nós votamos contra, ressaltados os destaques, no Senado e na Câmara, essa PEC, considerando que ela não cria o auxílio emergencial, apenas estabelece um teto de 44 bilhões", afirmou o deputado Afonso Florence (PT-BA).

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Grandes bancos elevam crédito para clientes mais arriscados na pandemia **Impacto:** Neutro



Bares fechados na rua Aspicuelta, na Vila Madalena, reduto boêmio de SP, nesta segunda (15), quando começaram novas medidas de restrição. (Elizavete Anacleto/Folha) São Paulo

Aplicativos de delivery anunciam auxílio para restaurantes

Isabela Bolzani

SÃO PAULO Os aplicativos de entrega de comida têm anunciado pacotes de auxílio a restaurantes parceiros. O objetivo é tentar diminuir os impactos do agravamento da pandemia e das novas medidas restritivas anunciadas em diversos estados brasileiros.

Nesta segunda-feira (15), o Rappi anunciou um pacote que conta com R\$ 100 milhões em crédito para o setor de restaurantes. Nos últimos três meses, a companhia emprestou R\$ 86 milhões. A empresa não abre números sobre juros, inadimplência ou prazos.

Segundo o presidente do Rappi no Brasil, Sérgio Saralva, as medidas adotadas têm impacto direto no negócio da companhia e os obriga a reorganizar a operação em várias frentes.

"Nos estamos dispostos a assumir esse impacto por que acreditamos que em tempos difíceis devemos tomar medidas extraordinárias e temporárias que ajudem nossos restaurantes parceiros a contornar este momento", disse em nota.

A startup colombiana de delivery também anunciou a isenção de taxas por 90 dias para novos parceiros, antecipação de pagamentos em até sete dias após a venda e a criação de um fundo de marketing voltado a pequenos e médios estabelecimentos que ofereçam cupons de descontos como forma de aumentar as vendas.

A isenção das taxas por 90 dias será válida para todos os novos estabelecimentos com contrato assinado até abril. Já a antecipação de recebíveis em até sete dias será oferecida até junho.

O Food também anunciou nesta segunda-feira (15) que vai ampliar a oferta de conta digital para mais 55 mil restaurantes parceiros. Até agora, a conta do app tem 75 mil usuários cadastrados.

Os clientes da conta podem realizar operações bancárias (como transferências, pagamentos de boletins e cartão), de crédito (como antecipação de recebíveis do iFood e operações de crédito) e de aquisição (ofertas de máquinas e pagamentos via QR Code).

Segundo o presidente da MovilePay, Daniel Bergman, o objetivo da plataforma é ser uma alternativa mais fácil e menos burocrática.

"Grande parte dos restaurantes opta pelo registro como LTDA [sociedade limitada] por terem mais de dois ou mais sócios no mesmo negócio, o que a documentação deixa muito complexa, o que faz com que muitos bancos tenham uma dificuldade maior em trabalhar com esse tipo de cliente", disse.

Na semana passada, o iFood também anunciou uma redução nas taxas de comissão para os restaurantes parceiros de 23% para 18% para quem opera via entrega iFood e de 12% para 11% nos estabelecimentos que atuam no marketplace da companhia (com entrega própria).

O aplicativo de delivery também anunciou que continuará antecipando pagamentos em até sete dias após a venda sem custo pelos próximos três meses e que pretende viabilizar R\$ 500 milhões em linhas de crédito a longo prazo.

Grandes bancos elevam crédito para clientes mais arriscados na pandemia

Dado consta de levantamento do BC sobre financiamentos liberados por seis das maiores instituições

Julio Wiziack

BRASÍLIA Seis dos maiores bancos do país liberaram R\$ 200 bilhões a mais em crédito para empresas com o agravamento da pandemia, de acordo com dados mais recentes do Banco Central.

Juntas, essas instituições emprestaram R\$ 1,2 trilhão entre janeiro e setembro de 2020, ante R\$ 1 trilhão no mesmo período do ano anterior.

Foram consideradas as cartelas de Itaú Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil, Santander, Caixa Econômica Federal e BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O levantamento não levou em consideração o crédito concedido por instituições no exterior.

Avaliando a carteira dos bancos pelo risco das operações, chama a atenção o levantamento do BC o aumento de empréstimos para clientes com mais chances de atrasar pagamentos ou até ficar inadimplentes.

Os bancos brasileiros costumam ser conservadores na liberação de crédito durante crises financeiras. Nesta, porém, houve uma mudança. Embora ainda concentrem negócios com clientes de baixo risco (AA e A), aumentou a quantidade de contratos fechados com clientes das categorias BC e até D.

No BNDES, por exemplo, cresceram até mesmo as operações com clientes que oferecem os piores riscos do mercado (F até H).

No Bradesco, o peso de contratos risco B e C saltou de 12,7% para 15,7% da carteira. No BB também ocorreu movimento similar.

O Itaú se mostrou o banco mais conservador durante a pandemia, mantendo o perfil da carteira, que prioriza os contratos de baixo risco (80% da carteira).

No início da pandemia, os bancos privados ficaram cautelosos diante dos estímulos do governo para concessão de crédito. Eles preferiam deixar BB e Caixa na linha de frente à espera dos efeitos da medida.

No entanto, até mesmo essas instituições mostraram-se cautelosas.

Na época, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, disse em entrevista à Folha que, apesar de ser um banco social, a Caixa era um banco e queria exigir as contrapartidas necessárias para que não perdesse dinheiro nesse programa de auxílio às empresas.

Os grandes bancos operam com falta de capital (lastro próprio para bancar uma expansão repentina da oferta de crédito), mas a percepção entre os economistas é que as adversidades aumentaram. O país chegou a 13,4 milhões de desempregados, a inflação segue em alta, e os jurcs tendem a subir pela primeira vez depois de quase seis anos.

Ao mesmo tempo, o governo anunciou o aumento da CSLL (Contribuição sobre Lucro Líquido). Esse imposto já havia sido elevado de 15% para 20% e, agora, está previsto um aumento para 25% até o fim do ano. A alta reforça o caixa da União no momento em que o presidente Jair Bolsonaro faz forte defesa pela redução da tributação sobre os combustíveis e o governo prepara uma nova rodada de auxílio emergencial.

Para contornar esses efeitos, os bancos já projetam que vão aumentar os juros dos financiamentos ou reduzir a quantidade de recursos para novos empréstimos. Há casos em que a instituição avalia uma combinação das duas coisas — aumentar menos o juro e, de outro lado, apertar a torneira do crédito novo.

Essa nova postura pode reverter o quadro que se viu ano passado em relação às pequenas e médias empresas. O levantamento do BC mostra que ocorreu em 2020 uma ligeira alteração em relação ao porte do tomador de crédito.

As médias e grandes empresas ainda ficaram com a maior parcela, respondendo por 83,4% dos empréstimos, mas as pequenas levaram 13,6% do total, o que indica um aumento de seu peso na carteira de crédito de forma geral. No mesmo período de 2019, essas participações eram de 86,6% e 9,8%, respectivamente. Porém, houve uma ligeira queda na participação das microempresas. Era de 3,3%

e caiu para 3,3%.

Pelo levantamento do BC, é possível ver que as pequenas empresas receberam em 2020, até setembro, R\$ 63 bilhões a mais que no mesmo período do ano anterior. A maior parte dos contratos foi fechada a partir de março, quando os efeitos do isolamento levaram ao fechamento de lojas e fábricas.

Segundo o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa), o caixa dessas empresas resiste, em média, a 15 dias sem atividade. Empresas de maior porte costumam ter capital de giro suficiente para algo entre dois e três meses na mesma situação.

O Santander foi mais que dobrou sua participação nesse segmento, passando de 12,4%, no período considerado de 2019, para 21,6%, em 2020. No Bradesco, essa participação foi de cerca de 18% para 27,3% e no BB, de 10% para 12%.

Quem mais atendeu as microempresas foram Caixa Econômica Federal (de 6,4% para 8,3%) e o BB (de 1% para cerca de 2%). Nessa categoria, todos os demais bancos reduziram seus empréstimos de crédito, especialmente, a ausência de novas garantias e serem apresentadas.

Em geral, esse grupo apresenta a própria receita futura (venda parcelada no crédito, por exemplo) como garantia. Com o fechamento do comércio, ficaram dependentes das políticas líquidas pelo governo para tentar viabilizar mecanismos de empréstimos garantidos pela União.

No entanto, esses programas enfrentaram dificuldades na sua elaboração, retardando a liberação de recursos. Foi o caso do Pronampe, que o governo agora estuda aprimorar para permitir uma carência maior para o início do pagamento.

Ainda assim, o Pronampe pode ser considerado um sucesso, pois acabou respondendo por cerca de 18% do total liberado, R\$ 37,5 bilhões.

A maior parte foi desembolsada pelo Itaú Unibanco: R\$ 22,3 bilhões em contratos.

O levantamento do setor financeiro sobre sua atualiza-

ção contabiliza a participação dos bancos na pandemia com outro recorte, mais amplo que o adotado pelo BC.

Segundo a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), durante a pandemia, as instituições emprestaram R\$ 3,4 trilhões considerando renovações de contratos (R\$ 225 bilhões), reapetuação (R\$ 125,1 bilhões) e a suspensão de parcelas, algo que somou R\$ 150 bilhões — tanto para empresas quanto para pessoas físicas.

Esses valores deram fôlego financeiro imediato para empresas, que passaram a ter uma carência de até três meses para pagar suas prestações. Os maiores beneficiados, de acordo com a associação, foram as pequenas empresas.

Por meio de sua assessoria, o Itaú disse que, durante

a pandemia, combinou medidas de oferta de crédito novo e a modulação de pagamentos de contratos em curso de acordo com a "capacidade financeira dos clientes". Essa flexibilização foi de R\$ 50,8 bilhões até dezembro, sendo que R\$ 12,4 bilhões foram para pequenas e microempresas.

O Banco do Brasil informou que atendeu as grandes empresas por meio de operações de mercado de capitais (emissão de dívida, por exemplo), o que permitiu concentrar desembolsos de crédito para pequenas e médias empresas.

Segundo o banco, enquanto carteira de empresas cresceu 8%, a de pequenas e médias cresceu 18% até setembro, e com a taxa de 23% até dezembro.

O BB afirmou ainda que "manter os parâmetros de sua política de crédito" e que a mudança de risco de operações é explicada pelos efeitos da pandemia.

O Santander disse que sua carteira de crédito para pessoa jurídica cresceu 27,3% no ano, explicado pela expansão de 46,8% em capital de giro, dinheiro rápido para as empresas manterem suas atividades.

"O segmento PJ foi beneficiado pela concessão das linhas de crédito governamentais. Encerramos o ano com saldo de R\$ 14 bilhões nesses programas", disse a assessoria do banco.

A Caixa informou que, graças aos programas emergenciais do governo como o Pese, Pronampe, PEAEC, FGI e Pae, Maquinárias, além do Famp, fruto de parceria do banco com o Sebrae, emprestou mais de R\$ 17 bilhões, beneficiando mais de 300 mil empresas.

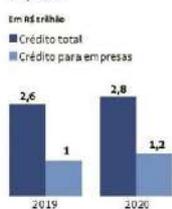
"Esses programas permitiram novas estruturas de garantias que, aliadas aos movimentos de liquidez, ampliaram o acesso ao crédito", disse a Caixa via assessoria.

O BNDES informou que a carteira de crédito a clientes corporativos com maior risco se justificou pelo apoio dado pelos programas de governo. Além disso, foram feitos provisionamentos para dar conta do novo cenário da oferta de crédito.

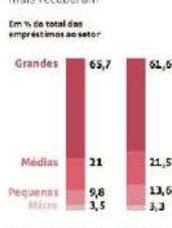
Consultado, o Bradesco não quis comentar.

Fôlego bancário

Pandemia melhorou oferta de crédito para pequenas empresas



As empresas que mais receberam



*Atualizado até setembro. (Itaú Unibanco, Bradesco, BB, Santander, Caixa e BNDES). Fonte: Banco Central

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/03/21 – **Cidade/UF:** SP
Título: Passaportes de imunidade ajudam economia, mas ampliam desigualdade **Impacto:** Neutro

A10 TERÇA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 2021

FOLHA DE SÃO PAULO ***

mun

Passaportes de imunidade ajudam economia, mas ampliam desigualdade

Para especialistas, recurso que pode acelerar retomada também pode criar cidadãos de segunda classe

Lucas Alonso e
Gustavo Fioratti

BAURUR (SP) E SÃO PAULO Ansiosa para abrir suas fronteiras depois de um ano de pandemia, a União Europeia deve apresentar nesta quarta (17) um projeto para a criação de um certificado digital que ateste a vacinação contra a Covid-19, o que seria o primeiro passo em direção à permissão para voltar a circular entre os países-membros do bloco.

O "passe verde", como foi chamado pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, proverá informações sobre o status de imunização do portador, bem como o histórico de testes de detecção do coronavírus.

O objetivo é permitir que cidadãos europeus "circulem com segurança" pelos 27 países-membros — e fora deles a partir da cooperação com organizações internacionais.

No sentido da integração global, a China saiu na frente e lançou, na semana passada, aplicativo com finalidade parecida ao passe europeu.

Os recursos de geolocalização do passaporte digital chinês também possibilitam, por exemplo, que o sistema identifique se um usuário esteve em contato com alguém que recebeu o diagnóstico de Covid-19 ou se visitou local com altos índices de contágio — o que poderia motivar restrições de mobilidade. A imprensa ligada ao regime de Xi Jinping louvou o lançamento, dias depois de classificar a iniciativa europeia como "inviável".

Disputas geopolíticas à parte, medidas semelhantes estão sendo estudadas — ou já aplicadas, como no caso de Israel — em diversos países. A perspectiva é que os passaportes de imunidade permitam o afrouxamento das restrições que tanto prejudicaram a atividade econômica.

Associados às campanhas de vacinação, esses certificados acelerariam o ritmo da retomada definitiva. A estratégia faz sentido do ponto de vista da saúde pública, já que ajuda a limitar a circulação de pessoas por meio de critérios de segurança, avalia Fernando Aith, professor da Faculdade de Saúde Pública da USP e diretor do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário na mesma universidade.

Para Aith, porém, a iniciativa causa bastante preocupação porque pode resultar no aprofundamento das desigualdades sociais. "Quem vai poder circular no mundo vai



Aplicativo da China deve funcionar como passaporte de imunidade. Nicolas Assouli - 9mar.21/APP

ser quem teve acesso à vacina. E como quem teve acesso, em geral, está nos países mais ricos, isso tende a ampliar ainda mais o fosso que existe entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas", afirma.

Segundo o professor, a adesão aos passaportes de imunidade deve agravar o fenômeno da "securitização da saúde", em que países mais ricos agem mais para preservar seus interesses do que no sentido da cooperação internacional para promover o direito à saúde de forma universal.

"A consequência dessa medida é criar cidadãos de segunda classe em cada país e no globo como um todo", afirma Aith, para quem uma solução

mais adequada e eficaz seria um investimento conjunto e coordenado para universalizar o acesso aos imunizantes.

Esse é também o posicionamento da Organização Mundial da Saúde (OMS). Na semana passada, Michael Ryan, diretor-executivo da entidade, desaconselhou o uso dos passaportes de imunidade como critério para permissão de viagens internacionais devido à baixa cobertura vacinal no mundo. "A vacinação simplesmente não está disponível ou suficiente em todo o mundo, e certamente não está disponível em uma base equitativa", disse Ryan.

Ainda não está claro por quanto tempo aqueles que re-

ceberam diagnóstico de Covid-19 e se recuperaram poderão ser considerados imunes à doença. Os casos de reinfeção, embora raros, existem — e crescem à medida que variantes do vírus circulam sem controle em alguns países. Seriam os recuperados também elegíveis para receber o passaporte de imunidade?

A resposta curta, para Rebecca Brown, pesquisadora do Centro Uehiro de Ética Prática da Universidade de Oxford, é sim. "Há um imperativo ético claro de não restringir a liberdade de movimento das pessoas se isso não ameaçar a saúde de outras", afirma.

"Se as pessoas estão imunes, mantê-las presas não ajudará

Perguntas e respostas sobre o passaporte de imunidade

Como funciona o passaporte de imunidade?

Na prática, ele é um atestado de imunização concedido a quem já recebeu doses da vacina contra a Covid-19. Há discussões sobre a concessão a quem já foi contaminado pelo coronavírus e se recuperou, mas ainda falta clareza científica sobre quanto tempo pode durar essa imunidade.

Tem ligação com o chip do passaporte físico?

Ainda não. Em países onde já foi lançado, como China e Israel, o passaporte é acessado por meio de um aplicativo para smartphones.

Que dados os passaportes guardam?

O certificado armazena, principalmente, informações sobre a vacinação contra o coronavírus, assim como o histórico de testes de detecção. O passaporte chinês inclui ainda recursos de geolocalização que podem ajudar a rastrear possíveis focos de contaminação.

O sistema é unificado?

As iniciativas já existentes ainda não estão conectadas entre si. A proposta apresentada pela União Europeia, porém, deve incluir um sistema único para os 27 países do bloco. A China estuda a integração em nível global por meio de parcerias de cooperação internacional.

Isso contribui para que aqueles que não foram vacinados ou não desenvolveram algum grau de imunidade depois de terem sido contaminados entrem em uma espécie de limbo, afirma Jon Rueda, pesquisador na área da bioética na Universidade de Granada, na Espanha.

Ele defende a adoção dos passaportes de imunidade, que, em sua visão, poderiam reduzir os danos econômicos, psicológicos e sociais causados pelo confinamento, mas faz algumas ressalvas.

"Não se pode perder de vista que os direitos fundamentais devem ser respeitados e os benefícios devem ser distribuídos de forma justa, com consideração especial para os grupos socialmente desfavorecidos", diz o pesquisador.

Alguns desses direitos fundamentais estão em jogo à medida que recursos como o aplicativo lançado pela China tornam-se objetos de uma demanda crescente, diz Ronaldo Lemos, advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro e colunista da Folha.

"É como se estivesse acontecendo um trade-off, uma compensação, onde para exercer um direito fundamental, que é o direito da mobilidade, você tem que abrir mão de questões, como por exemplo, a sua privacidade", explica Lemos.

Em Israel, que conta com o programa de imunização contra a Covid-19 mais acelerado do mundo, o sistema de passes verdes adotado há três semanas está ganhando contornos políticos e causando dissidências na sociedade. Grupos de pessoas que não querem ser vacinadas dizem que os que usam o certificado estão estimulando um ambiente de discriminação.

As casas de shows de Tel Aviv e Jerusalém retomaram as programações, apenas para quem tem o passaporte verde, e ainda com restrições sobre lotação. Academias de ginástica, restaurantes e hotéis também voltaram a funcionar, mas só para imunizados.

Nem todos os estabelecimentos, porém, podem pedir para que se mostre o certificado de vacinação. Lojas de artigos considerados essenciais, shoppings e supermercados não podem exigí-lo.

Ilian Marshak, fotógrafo e youtuber, diz que não pretende se vacinar porque acha que a implementação dos passaportes pressiona a aqueles que têm medo de serem vacinados e alimenta o sentimento de rivalidade entre estes e os que já receberam suas doses.

"É importante que eu possa escolher se vou querer que alguém seja introduzido no meu corpo com uma agulha. E quando o Estado passa a dar certificados a quem foi vacinado para que essa pessoa possa exercer atividades sociais, eu que não quero me sinto excluído e ofendido em meus direitos", argumenta Marshak.

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/03/21 – **Cidade/UF:** SP
Título: 'Efeito Amazonas' pode se espalhar pelo Brasil, alerta relatório do BC **Impacto:** Neutro

FOLHA DE S.PAULO ***

TERÇA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 2021 **A13**

mercado

'Efeito Amazonas' pode se espalhar pelo Brasil, alerta relatório do BC

Pandemia afeta retomada no estado, e há risco de quadro se repetir em escala nacional, aponta estudo

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Os efeitos da crise no Amazonas, avaliados em estudo do Banco Central, mostram como o recrudescimento da pandemia coloca em xeque a recuperação da economia, não apenas no estado ao norte do país mas em todo o Brasil, por afetar principalmente o setor de serviços, o que mais emprega e que ainda não voltou ao nível pré-crise.

Os dados constam do Relatório Regional do BC, que trouxe um capítulo sobre a evolução da pandemia no Amazonas e seu impacto na economia, incluindo a comparação com os dados nacionais e também com o restante da região Norte.

"Os indicadores de alta frequência sugerem que a contração econômica ocorrida em janeiro no Amazonas tem magnitude similar à observada em abril de 2020 e que sinais de acomodação em patamar ainda baixo aparecem a partir da segunda semana de fevereiro", diz o BC.

"Dadas as dinâmicas distintas de evolução da Covid-19 nos estados brasileiros, o caso do Amazonas sinaliza os possíveis impactos de um agravamento severo da epidemia em outras regiões", afirma a instituição.

Segundo o estudo, as transações de bens e serviços efetuadas com cartão de débito registraram recuo de 13% na média móvel de sete dias até 10 de fevereiro, em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para as contrações em vestuário e calçados (82%) e restaurantes e similares (54%), dois

dos seguimentos mais afetados pela queda na circulação de pessoas.

O consumo de energia pela indústria local também despencou.

Nos demais estados da região, os dados foram positivos em praticamente todos os segmentos no mesmo período.

A instituição também mostra que o aumento de mortes e da contaminação no Amazonas levou a uma nova queda na circulação por restaurantes, shoppings e cinemas, entre outros serviços de lazer.

Antes da nova explosão de casos, a circulação por esses locais estava acima do patamar pré-crise em todos os estados da região Norte. Depois, caiu mais acentuadamente no Amazonas, local mais afetado pelo recrudescimento da pandemia até o momento. Estava 47% abaixo do nível pré-crise no dado da média móvel de sete dias até 12 de fevereiro.

A queda no restante da região e na média nacional foi bem inferior, 24% e 15%, respectivamente, no mesmo período, segundo o indicador de mobilidade Google Mobility, citado pelo BC.

Em nível nacional, o setor de serviços também mostrou um melhor desempenho antes da atual onda de aumento de contágio e morte, que ganhou força em fevereiro e março, deflagrando novas rodadas de isolamento social por todo o Brasil.

O IBGE informou que, o volume do setor de serviços cresceu 0,6% em janeiro, em relação a dezembro. A indústria também teve ligeiro crescimento (0,4% na comparação mensal), enquanto o comér-

Retomada da atividade desacelera no último trimestre

Índice de base fixa, em pontos



Fonte: IBGE

“Dadas as dinâmicas distintas de evolução da Covid-19 nos estados brasileiros, o caso do Amazonas sinaliza os possíveis impactos de um agravamento severo da epidemia em outras regiões

Relatório Regional do BC

busca por vacinas, para tentar estancar perda de população causada pelo aumento do número de mortes e pela tímida evolução na imunização da população contra o coronavírus.

Em evento recente, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, mostrou dados de Israel que apontam queda no número de mortes e internações após a vacinação de idosos e disse que isso reduz o medo das pessoas com o vírus e faz a economia voltar à normalidade mais rapidamente. "Assim você retira o fator medo e as coisas voltam a funcionar", afirmou.

O ministro Paulo Guedes (Economia) também tem afirmado que a prioridade é "vacina, vacina e vacina" e que, sem vacinação em massa, a economia não se sustenta.

ção registrou retração de 0,2%.

A leitura agora é que, por causa do atraso no programa nacional de vacinação e da falta de ação do governo federal no combate ao coronavírus, a piora na crise sanitária vai comprometer os resultados dos três setores já em fevereiro, com possibilidade de números ainda piores a partir de março.

A CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) diminuiu de 3,5% para 3,4% a expectativa de crescimento em 2021 e atribui a mudança, entre outros fatores, à lentidão da adoção de medidas de combate ao agravamento da pandemia do novo coronavírus.

"Atendência é que o setor de serviços consiga compensar apenas parcialmente a queda recorde de volume de receitas observada em 2020 (-7,6%), considerando um cenário de redução moderada dos atuais níveis de isolamento social até o fim deste ano", afirma o presidente da entidade, José Roberto Tadros.

A necessidade de avançar no controle da crise sanitária para minimizar os efeitos econômicos da pandemia tem sido defendida por economistas do setor privado e também pela equipe econômica do governo federal.

Além de a piora na crise sanitária reduzir a circulação de pessoas, de forma voluntária ou não, ela aumenta a pressão por mais gastos em um momento de crise fiscal, como mostra a necessidade de se recriar o auxílio emergencial.

Como mostrou a Folha, o próprio presidente Jair Bolsonaro (sem partido) deu início a uma ofensiva, com foco na

Reportagem da Folha do início do mês passado já mostrava que indicadores econômicos preliminares apontavam os efeitos do fim do auxílio emergencial e da piora na questão da saúde sobre o nível de atividade em janeiro.

Alguns desses indicadores mostram que a atividade continuou a perder força até o início de março, quando o agravamento da questão sanitária, antes mais restrito a algumas cidades, alcançou todo o país.

O Indicador de Atividade da Genial Investimentos, elaborado pela equipe do economista José Márcio Camargo, recuou em 12 dos últimos 14 dias. "O indicador aponta arrefecimento da atividade econômica desde o início do ano. Com o recrudescimento da pandemia, a tendência é que os indicadores de mobilidade urbana e número de voos domésticos continuem recuando nos próximos dias", afirma a instituição, citando alguns dos componentes do índice.

O Idat (Indicador Diário de Atividade) do Itaú Unibanco ainda estava, no começo deste mês, 14% abaixo do nível verificado em meados de março de 2020, em uma situação praticamente de estabilidade desde outubro do ano passado.

Na sexta-feira (12), o banco revisou as projeções de crescimento da economia brasileira neste ano de 4% para 3,8% em 2021 e de 2,5% para 1,8% em 2022. A revisão se deveu à deterioração das condições financeiras resultante do aumento do risco fiscal.

Para o banco, a despeito do aumento do distanciamento social, o impacto da questão fiscal sobre a redução do crescimento será menor em 2021 do que em 2022, em consequência do crescimento global robusto e do impulso vindo da vacinação neste ano.

"Ainda deve demorar alguns meses para que a imunização impacte de forma clara a dinâmica da pandemia. Além disso, o surgimento de variantes do vírus é um risco à eficácia das vacinas que tem que ser monitorado à frente", diz a instituição.

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/03/21 – **Cidade/UF:** SP

Título: Pandemia é chance para país desenvolver tecnologia de saúde, diz economista **Impacto:** Neutro

Pandemia é chance para país desenvolver tecnologia de saúde, diz economista

Para Monica de Bolle, Brasil tem potencial para ser referência em 'novo mundo pandêmico', no qual convivência com vírus será permanente

ENTREVISTA MONICA DE BOLLE

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O Brasil tem potencial para desenvolver uma indústria de ponta na área de saúde e utilizar a pandemia para se tornar um player global nessa área, de forma a se destacar em um "novo mundo pandêmico", no qual a convivência com o novo coronavírus seria permanente.

Essa é a visão da economista Monica de Bolle, professora da Johns Hopkins University (EUA). Com especialização em Escola de Medicina de Harvard, de Bolle afirma que não voltaremos à normalidade pré-pandemia e que a convivência com o vírus irá alterar a forma de funcionamento da economia global.

*

Mundo pandêmico

A realidade que a gente tem pela frente não é uma realidade em que vai poder declarar um fim da pandemia. A fase aguda da pandemia vai passar, a gente não vai ficar no estágio em que está agora, mas esse estado de alerta permanente vai continuar conosco. Isso tem implicações em como os países, as pessoas e a economia vão se adaptar. Mercado de trabalho, ambiente de trabalho, aglomerações de todos os tipos, como eventos esportivos, viagens, todas essas coisas estão alteradas, e a gente não vai voltar ao que tinha antes.

No segundo semestre de 2021, a gente vai relaxar medidas restritivas, medidas sanitárias, em várias partes do mundo. Mas, supondo que todas essas vacinas deem conta dessas variantes, as que existem e as que vão surgir, a gente só consegue ter um contingente no mundo vacinado em quantidade suficiente para conseguir respirar com algum alívio, com certo otimismo, lá para o final de 2022.

Eu passei os últimos dois anos fazendo uma série de especializações em medicina em Harvard, e calhou de a pandemia acontecer. Para mim, pela natureza desse vírus, ele vai permanecer entre nós. A gente vai ter de se adaptar a conviver com isso, passar por surtos, por várias vacinas que vão ter de ser atualizadas recorrentemente e continuar com algum grau de cautela nas nossas vidas. Você vai ter sempre um repositório de Sars-CoV-2 em algum lugar do mundo sofrendo mutações.

Mudança na economia

O setor de serviços vai ter de se reinventar. No trabalho, já havia uma pressão para pensar novos modelos de trabalho, e na pandemia isso teve de acontecer. Você pode pensar pelo lado negativo, algumas pessoas vão perder permanentemente os empregos que tinham porque eles vão desaparecer. Por outro lado, há mudanças que geram uma flexibilidade maior, muitas pessoas não voltarão aos critérios, e isso gera um ganho de eficiência enorme.

Para um país poder se sair melhor que outro, vai ter de investir muito na área de saúde. Em tudo: testagem, equipamento de proteção pessoal, capacidade de vigilância genômica, que requer vários laboratórios com equipamentos de ponta e uma rede que converse entre si e esteja rastreando no país inteiro.

Nova agenda para o Brasil

A agenda, para mim, no Brasil hoje, se tivesse um governo com visão estratégica, seria a saúde pública. É onde a gente tem uma vantagem natural, pelo sistema de saúde que a gente tem.

Você vê a Índia exportando vacina para muitos países e também exportando medicamento, produtos químicos. A China, a mesma coisa. A Rússia está tendo o mesmo tipo de posicionamento. Se você olhar para esses países [do



“
Para mim, pela natureza desse vírus, ele vai permanecer entre nós. A gente vai ter de se adaptar a conviver com isso, passar por surtos, por várias vacinas que vão ter de ser atualizadas recorrentemente e continuar com algum grau de cautela nas nossas vidas

Monica de Bolle
professora da Johns Hopkins University (EUA)

Brics], tirando o B [de Brasil], o resto dos Brics estão todos fazendo esse reposicionamento. O Brasil teria uma posição muito privilegiada para fazer isso. Já fomos grandes produtores de medicamentos e vacinas, mas abrimos mão dessa vantagem.

A agenda de longo prazo deveria ser essa. Dessas coisas começam a vir inovações, tecnologias, inserção global, capacidade de estar mais envolvido nas cadeias de produção globais, tudo pela via da saúde pública.

Quais são as reformas que a gente precisa fazer para alcançar esses objetivos? Ai você faz as reformas com esses objetivos em mente. Vamos fazer uma reforma administrativa que atenda a esse objetivo, uma reforma tributária de modo a alcançar esse objetivo.

EUA

Colocar a saúde pública no centro das discussões faz com que essas oportunidades fiquem mais visíveis e você começa a mudar um pouco o debate no Brasil. Aqui nos EUA, vai acontecer a mesma coisa. O setor de saúde aqui tem uma precariedade que o Brasil não tem. Tem muitas escolas de medicina de ponta, mas o sistema de saúde vai ter de ser reinventado.

O envelhecimento populacional é outro aspecto importante do porquê de investir em saúde pública. E tem as sequelas da própria Covid. O número de pessoas que vão precisar dessa área para continuar sendo produtivas, algumas vão ter sequelas para sempre, que as torna dependentes de centros de reabilitação.

Aqui nos EUA, todos os hospitais têm centro de reabilitação para quem teve Covid. A gente já tinha essa realidade de envelhecimento populacional somada a uma carga de doenças crônicas cada vez maior. Agora, além disso, tem o efeito que vem com as sequelas da Covid.

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/03/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 1/3
Título: 'A melhor política fiscal é vacinar rápido' **Impacto:** Neutro

Continuado de 1

'A melhor política fiscal é vacinar rápido'

Para economista, proposta de emenda à Constituição que libera o auxílio emergencial abre caminho para que dez estados adotem medidas de controle de gastos, que permitem economia de R\$ 13,5 bilhões

MANDEL VENTURA E MARCELLO CORRÊA
nomia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Promulgada ontem pelo Congresso, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que autoriza a volta do auxílio emergencial e prevê medidas de controle das contas públicas não tinha o objetivo de compensar os gastos com o benefício, mas sim rever regras fiscais no país. A avaliação é do secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal. Em



De volta. Para Funchal, o debate sobre funcionalismo não foi superado com a PEC: "redução e otimização de despesa de pessoal podem vir na reforma administrativa"

entrevista ao GLOBO, ele destaca o efeito do texto nos governos locais. Nas contas do Tesouro, dez estados — inclusive o Rio — se enquadrariam nas regras que permitem adotar ações como o congelamento de salários. A economia estimada é de R\$ 13,5 bilhões. O secretário afirma que o debate sobre reduzir gastos com o funcionalismo pode voltar durante a tramitação da reforma administrativa. Funchal destaca que o melhor pacote fiscal hoje é a vacinação rápida contra a Covid-19.

A PEC foi avaliada por especialistas como tímida para o ajuste fiscal. Ela é suficiente?

A PEC é um dos maiores avanços desde a Lei de Responsabilidade Fiscal. O coração da PE Céli darcom a questão do teto de gastos(regra que limita o crescimento das despesas)in fiação do

ano anterior). E agente ampliou iss opara todos osp refeitos e governado-res que, até então, não tinham instrumentos de controle de despesa obrigatória. A PEC ainda deixa mais claro o processo de calamidade. No ano passado, acrise estava vindo e estávamos muito limitado spa rato marações porque tinha algo muito incipiente. Outro ponto foi um plano para reduzir o gasto tributário, com uma meta de reduzir para 2% do PIB em oito anos (hoje são 4% para isenções). Também tiramos da Constituição a obrigação da União de criar uma linha para pagar precatórios (dívida reconhecida por decisão da Justiça) dos estados. E a liberação do superávit financeiro para os fundos vai liberar R\$ 160 bilhões para melhorar a gestão da dívida.

O objetivo da PEC não era

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/03/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 2/3
Título: 'A melhor política fiscal é vacinar rápido'

O objetivo dessa PEC não era fazer uma economia que compensasse os R\$ 44 bilhões do auxílio emergencial. As pes soasse apegaram muito a isso, mas senão era o objetivo. O objetivo era: agente precisa de uma contrapartida que mostre que estamos num processo de consolidação fiscal, que mostre credibilidade no médio longo prazo.

O principal ponto que ficou de fora da PEC foi a autorização para corte de jornada e salário de servidores. Ainda há espaço para negociar ou essa discussão está superada?

Não acho superada. O ganho não foi apenas a PEC, teve um ganho de debate, teve um amadurecimento. A proposta original era que voltasse na Constituição. Não foi suficiente, mas

não acho que fechou a porta. Redução e otimização de despesa de pessoal podem vir deu mafor mamais estruturada na reforma administrativa, quecas a isso com modernização do Estado. Eéapróx ima pauta da Câmara. Não acho que venha nesse sentido, de redução de jornada evencimento,mas achoque venha em forma de otimização do gasto de pessoal, que vai trazer ganho fiscal de médio longo prazo.

O limite de R\$ 44 bilhões para o auxílio é suficiente?

Foi muito importante para trazer previsibilidade especificar os R\$ 44 bilhões para o auxílio emergencial. A gente tem quatro meses para acelerar a vacinação e vai estar rolando o auxílio emergencial. Então, a melhor política fiscal é vacinar rápido a população. Dependendo dessa velocidade, a gente não vai precisar de uma nova ro-

dada (de auxílio). Agora, se ficar lento, eu acho que, no último mês, pode ser discutida uma coisa pontual até o processo de vacinação estar mais disseminado. O mais importante do fiscal é a retomada econômica, crescimento e redução de gastos; é a economia voltando à normalidade. Hoje, para a política fiscal, econômica, sanitária, o melhor instrumento é um: a vacinação acelerada.

Qual o impacto da PEC para os estados e municípios?

Se o estado ou município tiver uma despesa corrente acima de 95% da receita corrente, ele pode aplicar a série de medidas que controlam a despesa obrigatória. (Para fazer a conta), a gente pegou 2020 e tirou da receita a transferência da Lei Complementar 173 (que destinou recursos para estados). Qual seria a economia se esses

que estão acima dos 95% acionassem os gatilhos (Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Maranhão e Acre)? Numa situação de normalidade, sem essas transferências, seriam R\$ 13,5 bilhões para estados e R\$ 11,2 bilhões para municípios. Só que também poderia usar os gatilhos acima de 85% (com autorização do Legislativo local). Nesse caso, chega a R\$ 93 bilhões para estados e R\$ 54 bilhões para os municípios. Esse é o ganho máximo se todos implementassem os gatilhos para fazer com que as despesas se enquadrem dentro de 85% da receita.

O acionamento do gatilho não é obrigatório para os estados e municípios. Como fazer para eles aciona-

Se você fizer o ajuste e usar o gatilho, mantém os seus benefíciosdeter a valdo Tesouro para operação de crédito e qualquer repactuação futura de crédito. Faria sentido continuar concedendo garantia para quem não faz o seu dever de casa e pode empurrar depois a conta para a União? Não faz sentido. P orisso, agente incorporou a vedação ao a valda União em operações de crédito eã repactuação da dívida.

Quando a União irá acionar os gatilhos e congelar despesas?

Na medida em que a despesa obrigatória volte a crescer, em situações normais, sem dar reajuste a servidor, esse engatilhamento seria entre 2024 e 2025. Agora, pode vir antes, dependendo de decisões de criação de despesa obrigatória. O importante é que temos uma regra clara.

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/03/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 3/3
Título: 'A melhor política fiscal é vacinar rápido'

Qual a economia para a União?

Especificamente com pessoal é algo entre R\$ 10 bilhões e R \$15 bilhões (por ano), dependendo do cenário do reajuste que aconteceria senão tivesse engatilhado.

Com inflação mais alta, aumenta o limite de despesas da União previsto no teto de gastos. Haverá reajuste para os servidores no próximo ano?

Um pouco mais agente precisa deixar claro para todos os tomadores de decisão que vai ter esse espaço durante um ano, mas que esse espaço vai ser consumido ao longo do tempo pelo crescimento das despesas obrigatórias porque são indexadas. Vai existir um espaço para decisão de Orçamento

que vai precisar tomar uma decisão. Quero investir mais? Quero aumentar o Bolsa Família? Quero dar reajuste? Isso tudo tem que estar na mesa e tomar uma decisão. É legítimo que o reajuste seja colocado na mesa. Mas um reajuste tem efeito permanente. É como se deixasse de investir "X" bilhões de reais por ano do orçamento. Essa decisão olha que vai estar sendo feita. O mais importante é que a gente tenha uma real noção das consequências. Se for para fazer investimento, quanto que vai ter de espaço? Se for reajuste, quanto que vai ter de repercussão? Se for para rever programas de renda, com o reajuste qual a repercussão? Tudo isso está competindo por espaço.

Espaço maior no teto não aumenta a pressão por gastos, ainda mais em ano

Pressão por gasto tem todo ano. O mais importante é ficar claro que esse gasto compete entre si. Agente tem que ter claro que se for ter reajuste, ele vai estar reduzindo investimento ou espaço para programa de transferência de renda. Então decidir qual o mais relevante. É legítimo que seja discutido o reajuste? É legítimo. Agora, tem os dois lados.



Modo Réplica



Salvar



Mais



Gostei



Não gostei



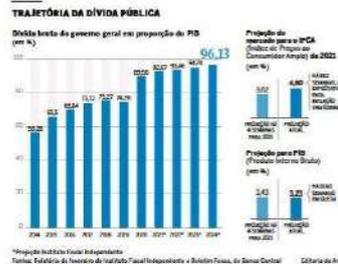
Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/03/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 1/2
Título: Economistas já veem um ambiente de estagflação no país **Impacto:** Neutro

Economistas já veem um ambiente de estagflação no país

Situação fiscal preocupante, e começam a surgir no radar sinais de que a política monetária pode começar a perder efeito

CÁSSIA ALMEIDA cassia@oglobo.com.br

Mesmo com a economia parada ou recuando, a inflação não dá trégua. Economistas já olham nossos números de Produto Interno Bruto (PIB) e inflação com preocupação. Neste semestre, a economia estará assim, estagnada ou em recessão, segundo as projeções, e a inflação chegando a mais de 7% ao ano na taxa acumulada em 12 meses.



— Já estamos num processo incipiente de estagflação — diz Sergio Vale, economistachefe da MB Associados.

O mercado dá como certa a subida da Taxa Selic de 2% para 2,5% ao ano na reunião do Comitê de Política Monetária

ria (Copom), que começa hoje. Será a primeira elevação dos juros desde 2015.

Mesma opinião tem Fabio Klein, da Tendências Consultoria, que prevê queda de 0,6% do PIB no primeiro trimestre, frente ao fim de 2020, e de 0,9% no segundo. Ao fim do ano, chegaremos a uma alta do PIB de 2,7%, abaixo do crescimento herdado do último trimestre de 2020, de 3,6%.

—A inflação acumulada em 12 meses vai bater 7,4% em julho. Ninguém tinha na conta que a inflação seria tão resistente. Esperamos ver, no segundo semestre, inflação cadente e crescimento ascendente. O ponto principal é a capacidade de controlar a epidemia — diz Klein.

Nos três primeiros anos do governo Bolsonaro, o centro da meta da inflação

não foi alcançado. Confirmadas as projeções de inflação do Boletim Focus, do Banco Central, o IPCA fechará este ano em 4,6%, acima da meta, de 3,75%, repetindo 2019 e 2020, com crescimento médio muito baixo, em que pese a recessão de mais de 4%.

Para o economista da Rio Bravo, João Alves, o BC deve subir juros logo, fechando o ano em até mais de 5%, para dar um sinal claro de que está de olho na inflação, pressionada por dólar, tarifas e, se a vacinação avançar, recuperação no segundo semestre:

— Isso deve incentivar o BC a subir os juros mais rapidamente. Se isso não acontecer, as expectativas de inflação começam distantes da meta.

Essas previsões do mercado sobem há dez semanas.

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/03/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 2/2
Título: Economistas já veem um ambiente de estagflação no país

SINAIS DE ALERTA ADIANTE

Nesse ambiente, que alguns economistas classificam de estagflação, começa a entrar no radar outro risco: a elevação de juros pelo BC não ter efeito no aumento de preços. É a perda de dominância fiscal: quando a dívida pública vai ficando cada vez mais alta pela desconfiança dos investidores, o dólar, um dos maiores alimentadores da inflação, sobe, e os juros aumentam, pressionando a dívida, em um círculo vicioso no qual a política monetária não faz efeito.

— Dominância fiscal é uma doença degenerativa, vai aos poucos. É um caminho possível, mas não é provável para o Brasil — afirma Zeina Latif, consultora independente.

Essa aceleração da inflação e a dificuldade

de controlar os gastos no pior momento da pandemia já fazem, há algum tempo, que os investidores cobrem mais para emprestar dinheiro ao governo a longo prazo. O juro desses títulos bateu 8,5% ao ano, maior patamar desde 2019, segundo Margarida Gutierrez, professora da Coppead.

Ela não vê dominância fiscal, mas diz já haver indícios, como o juro de longo prazo:

— Estamos começando a vivenciar algumas características do processo, com os juros de longo prazo cada vez mais altos, acrise na Petrobras, a vacinação lenta, e veio a PEC Emergencial, que não terá efeito de corte de gastos a curto prazo. É questão de percepção.

A rapidez da vacinação é fundamental para estancar o processo, para que a economia ande com as próprias pernas

e não precise de auxílio do governo, o que aumentaria mais os gastos públicos, lembra Margarida. Avant age mé que os juros ainda estão negativos, abaixo da inflação.

— Há uma folga — diz Armando Castellar, da Fundação Getúlio Vargas.

Ele, que não vê estagflação, lembra quem esmoque os juros subam, ainda ficarão negativos ou nulos frente à inflação, sem forçar as contas públicas.



Modo Rép... | Salvar | Mais

Gostei | Não gostei

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/03/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** ½
Título: Apps criam ações para evitar falência de restaurantes **Impacto:** Neutro

Apps criam ações para evitar falência de restaurantes

Iniciativas incluem empréstimos, taxas menores e incentivo a doações

RAPHAELA RIBAS raphaela.ribas@infoglobo.com.br

Com o agravamento da pandemia e o aumento das medidas de restrições de funcionamento, os aplicativos de entrega estão criando pacotes de medidas para ajudar bares, lanchonetes e restaurantes. As ações incluem reduções de taxas cobradas, adiantamento no pagamento das vendas e até empréstimo. Além do socorro, elas visam sustentar o setor, que ainda não se reergueu doba queda ano passado e hoje se apoia no delivery.



Socorro. Fundo de R\$ 100 milhões no Rappi e taxa de entrega reduzida no iFood

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/03/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 2/2
Título: Apps criam ações para evitar falência de restaurantes



—As principais queixas dos restaurantes são queda no faturamento e dificuldade de acesso a crédito. O empréstimo do Rappi pode ser solicitado por qualquer restaurante parceiro, novo ou atual. O limite, juros e outros detalhes serão analisados individu-

almente —explica o diretor regional do Rappi para o Rio, Guilherme Mynssen.

No início do mês, o iFood também implementou medidas de socorro para este ano. Para os restaurantes que operam com a logística da plataforma, a taxa de entrega foi reduzida de 23% para 18%, e para os restaurantes que atuam com entrega própria, as taxas passaram de 12% para 11%. As reduções são automáticas e vão até o fim deste mês.

A empresa também aderiu ao repasse antecipado das vendas pelos próximos três meses e vai disponibilizar este ano mais R\$ 500 milhões em linhas de crédito aos restaurantes, com taxas e condições especiais.

E, em fevereiro, o Uber Eats zerou a taxa para pagamentos diários para os restaurantes parceiros e tirou a co-

brança de pedidos para quando o cliente busca a comida. Ainda trouxe de volta a opção de doar R\$ 2 aos restaurantes favoritos, além de reforço nas ações de marketing.

REDUÇÃO PODERIA SER MAIOR

Para o presidente da Abrasel, Paulo Solmucci, as medidas fazem diferença no caixa dos pequenos negócios. Contudo, ele defende que os prazos com redução ou isenção de taxas sejam maiores, uma vez que os comerciantes precisam de fôlego para fluxo de caixa e, numa via de mão dupla, são fundamentais para o crescimento das plataformas.

Com o isolamento, o mercado de delivery cresceu, sendo muitas vezes a única opção de restaurantes. Segundo a Abrasel, a quantidade de empresas

Até agora, foram mais de 300 mil estabelecimentos fechados no país e um milhão de postos de trabalho fechados. A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) projeta que mais 40 mil possam ter o mesmo fim nos próximos meses, se não houver ajuda.

DELIVERY CRESCE NA CRISE

O Rappi anunciou ontem que vai disponibilizar um fundo de R\$ 100 milhões para crédito aos restaurantes, antecipar o repasse das vendas de 14 para sete dias, isentar taxas por 90 dias para novos parceiros e criar um fundo de marketing para oferecer mais cupons de desconto. Para os clientes, o aplicativo vai oferecer gratuitamente, por 30 dias, o Rappi Prime, o serviço premium por assinatura, que tem frete grátis e descontos.

que usam aplicativos de entrega triplicou no último ano: hoje são cerca de 200 mil.



Clippings

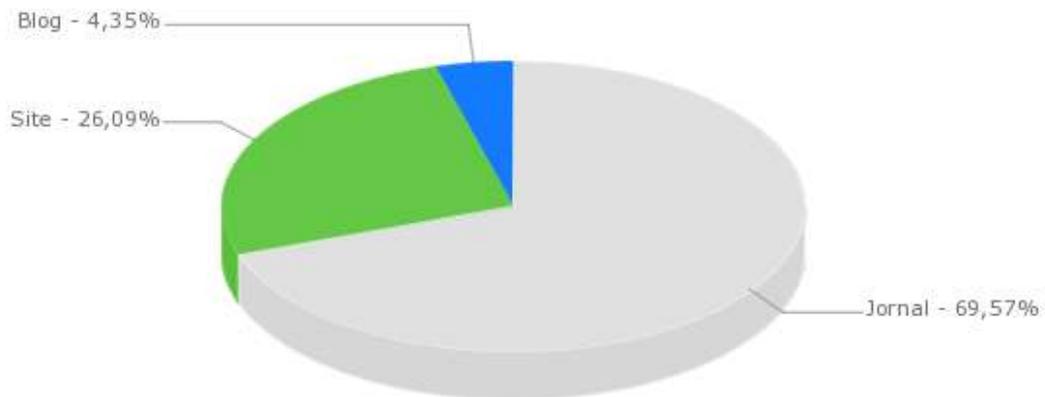
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat.	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
15/03/21	SESC RN	Site		RN	Inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc, em Natal	Positivo	Matéria		A			
15/03/21	Blog da Juliska	Blog	Natal	RN	Inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc, em Natal	Positivo	Matéria		B			
15/03/21	Versátil News	Site	Natal	RN	Fecomércio: Inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc, em Natal	Positivo	Matéria		B			
15/03/21	Hilneth Correia	Site			Inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc, em Natal	Positivo	Matéria		B			
15/03/21	TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site			Inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc, em Natal	Positivo	Matéria		B			
16/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Em Natal, 64,13% são contra fechamento do comércio	Neutro	Matéria		A			
16/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	AGN vai liberar R\$ 10 milhões em crédito para capital de giro de empresas do turismo e lazer	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
16/03/21	Estadão	Jornal		DF	cuta de salário e jornada e suspensão de contratos deverão atingir 3 milhões	Neutro	Matéria		A			
16/03/21	Estadão	Jornal		DF	INSS poderá conceder auxílio-doença sem perícia até o fim do ano	Neutro	Matéria		A			
16/03/21	Estadão	Jornal		DF	Maioria vai receber R\$ 150 do novo auxílio	Neutro	Matéria		A			
16/03/21	Estadão	Jornal		DF	Governo pede urgência para pagar salários	Neutro	Matéria		A			
16/03/21	Estadão	Jornal		DF	G20 discute tributação de economia digital, mas Brasil engatinha no tema	Neutro	Matéria		A			
16/03/21	Estadão	Jornal		DF	Nova onda de covid interrompe retomada de pequena empresa	Neutro	Matéria		A			
16/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Atividade econômica cresce 1,04% em janeiro, mas deve desacelerar	Neutro	Matéria		A			
16/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Governo autoriza laboratórios a aumentar em até	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					4,88% preços de medicamentos							
16/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Congresso promulga PEC que destrava novo auxílio	Neutro	Matéria		A			
16/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Grandes bancos elevam crédito para clientes mais arriscados na pandemia	Neutro	Matéria		A			
16/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Passaportes de imunidade ajudam economia, mas ampliam desigualdade	Neutro	Matéria		A			
16/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	'Efeito Amazonas' pode se espalhar pelo Brasil, alerta relatório do BC	Neutro	Matéria		A			
16/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Pandemia é chance para país desenvolver tecnologia de saúde, diz economista	Neutro	Entrevista		A			
16/03/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	'A melhor política fiscal é vacinar rápido'	Neutro	Entrevista		A			
16/03/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Economistas já veem um	Neutro	Matéria		A			

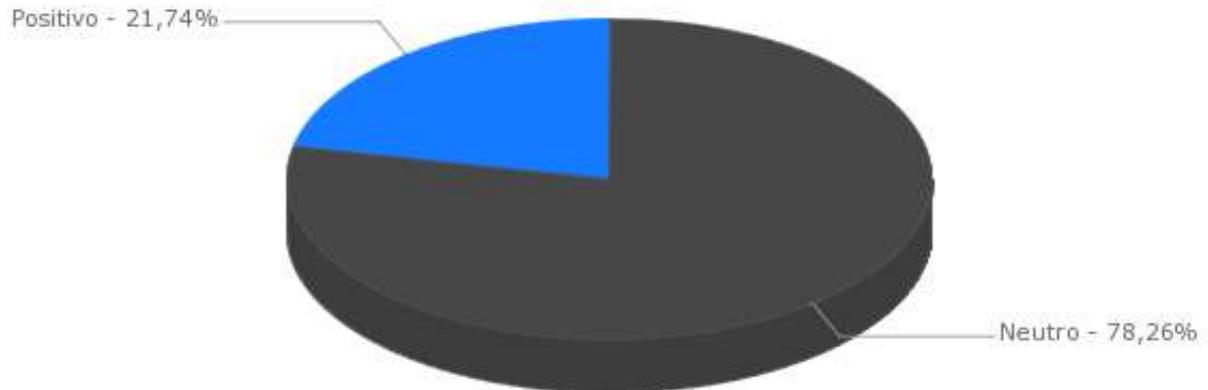
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					ambiente de estagflação no país							
16/03/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Apps criam ações para evitar falência de restaurantes	Neutro	Matéria		A			
Qtde.: 23												

Clippings por Tipo de Mídia



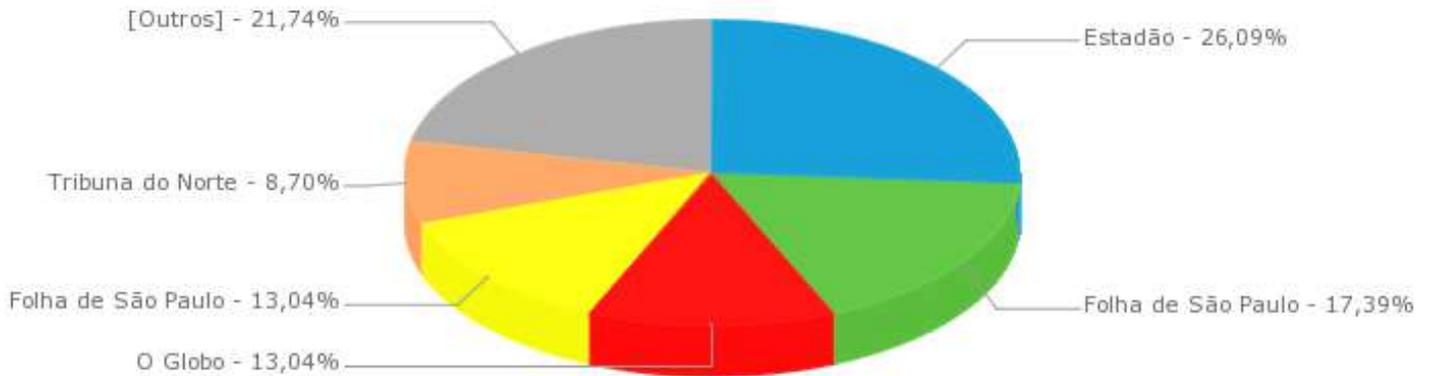
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Jornal	16	69,57 %
Site	6	26,09 %
Blog	1	4,35 %
		Total: 23

Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	18	78,26 %
Positivo	5	21,74 %
		Total: 23

Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
Estadão	Jornal	6	26,09 %
Folha de São Paulo	Jornal	4	17,39 %
O Globo	Jornal	3	13,04 %
Folha de São Paulo	Jornal	3	13,04 %
Tribuna do Norte	Site	2	8,70 %
Versátil News	Site	1	4,35 %
Blog da Juliska	Blog	1	4,35 %
Hilneth Correia	Site	1	4,35 %
TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site	1	4,35 %
SESC RN	Site	1	4,35 %
			Total: 23